

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CAMPUS VALE DO RIO MADEIRA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO AGRICULTURA E AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

**POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO NO ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO NO
SUL DO AMAZONAS.**

ELDER LEITE BARBOSA

HUMAITÁ
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CAMPUS VALE DO RIO MADEIRA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO AGRICULTURA E AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

ELDER LEITE BARBOSA

**POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO NO ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO NO
SUL DO AMAZONAS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais, área de concentração Sociedade, Biodiversidade e Sustentabilidade do Bioma Amazônico.

Orientadora: Prof^a Dr^a Viviane Vidal da Silva

HUMAITÁ-AM
2019

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

B238p Barbosa, Elder Leite Barbosa
Políticas Públicas no Campo no Assentamento São Francisco no Sul do Amazonas / Elder Leite Barbosa Barbosa. 2019
100 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Viviane Vidal da Silva
Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Universidade Federal do Amazonas.

1. cidadania. 2. interações. 3. políticas públicas. 4. qualidade de vida. I. Silva, Viviane Vidal da II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

ELDER LEITE BARBOSA

**POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO E NO ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO
NO SUL DO AMAZONAS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais, área de concentração Sociedade, Biodiversidade e Sustentabilidade do Bioma Amazônico.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Viviane Vidal da Silva
Universidade Federal do Amazonas

Profº Drº Ricardo Gilson da Costa Silva
Universidade Federal de Rondônia

Profª Drº Milton César Costa Campos
Universidade Federal do Amazonas

À minha esposa, minhas mães pelo
incentivo para a realização deste trabalho.

Dedico!

Agradecimentos

A DEUS toda honra.

A minha esposa e mães Maria e Terezinha que sempre me motivaram a seguir em frente e nunca desistir dos meus objetivos.

A minha orientadora Viviane Vidal da Silva, pelo suporte, suas correções e incentivos.

Aos examinadores pelas valiosas contribuições na finalização do trabalho.

Ao professor Milton César Costa Campos, ao Cláudio pela compreensão, amizade e companheirismo.

Ao INCRA, pelas informações prestadas.

A todos os camponeses do PA São Francisco pela disposição em participar da pesquisa.

Aos filhos, irmãos e amigos: Carlos Augusto, Harumy Sales, Aline Lessa, Dayane Carvalho, Danielle Ivana, Janilda Almieira, Eulina Maria, Agnes Cristina.

Resumo

Esta pesquisa teve por finalidade a realização de um estudo sistemático, como também nos levou a refletir, através de uma análise crítica, à compreensão das implementações de políticas públicas na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico e ambiental, em uma comunidade amazônica de um Projeto de Assentamento rural, bem como verificar as interações entre a comunidade camponesa e o meio ambiente. A pesquisa ocorreu no Projeto de Assentamento São Francisco, localizado em Canutama, sul do estado do Amazonas, na área do arco do desflorestamento, e por ser considerada fronteira agrícola, sofre pressões com o avanço da agropecuária na região. A pesquisa realizou-se através de entrevistas destinadas à 60 famílias de camponeses assentados, como também análise documental. Após os dados coletados, os mesmos foram tabulados e analisados na perspectiva do materialismo histórico dialético. Com isso percebeu-se a carência de políticas públicas básicas que favoreçam o aspecto socioeconômico rural e não apenas o aspecto agrícola destes camponeses amazônicos, bem como a necessidade de uma maior interação entre instituições públicas e camponeses assentados, assim como a necessidade de apoio técnico especializado em suas atividades agrícolas e uso dos recursos naturais no ambiente. É necessário ouvi-los, pois têm como lar a floresta Amazônica, com seus aspectos únicos, e assim favorecer o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária e libertadora, visando a interação homem-natureza de maneira mais equilibrada.

Palavras-chave: cidadania, interações, políticas públicas, qualidade de vida.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modalidades de Assentamentos rurais.....	28
Figura 2 - Mapa de localização da área de estudo.....	36
Figura 3 - Entrada do PA São Francisco.....	38
Figura 4 - Vicinais do Assentamento.....	40
Figura 5 - Local da entrevista.....	42
Figura 6 - Grau de instrução.....	46
Figura 7- Escola no Assentamento.....	47
Figura 8 - Lateral da escola.....	48
Figura 9 - Escola no Assentamento, vicinal Jacuí.....	48
Figura 10 - Escola no assentamento.....	49
Figura 11 - Qualidade de ensino.....	50
Figura 12 - Comparativo Educação do Campo e Educação para o Campo.....	53
Figura 13 - Poço Raso no assentamento.....	55
Figura 14 - Poço raso.....	56
Figura 15 - Sede da Associação do PA São Francisco.....	57
Figura 16 - Material para confecção da fossa biodigestor.....	58
Figura 17 - Instalação da fossa biodigestora (1ºpasso).....	58
Figura 18 - Instalação da fossa biodigestora (2ºpasso).....	59
Figura 19 - Instalação da fossa biodigestora (3ºpasso).....	59
Figura 20 - Instalação da fossa biodigestora (4ºpasso).....	60
Figura 21 - Tempo de residência no assentamento.....	61
Figura 22 - Conservação da vicinais.....	66
Figura 23 - Ponte na vicinal.....	66
Figura 24 - Primeiros moradores.....	67
Figura 25 - Moradores Pioneiros desde 1992.....	68
Figura 26 - Casa de madeira.....	68
Figura 27 - Casa de alvenaria.....	70
Figura 28 - Lote sem eletrificação.....	71
Figura 29 - Atividades econômicas.....	73
Figura 30 - Preparação do roçado para o plantio.....	74
Figura 31 - Idoso chefe de família.....	77

Figura 32 - Modalidade de Crédito para assentados.....	81
Figura 33 - Desmatamento no Assentamento.....	85
Figura 34 - Estados que mais desmatam na Amazônia Legal.....	86
Figura 35 - Assentamentos no arco do desflorestamento no sul do Amazonas.....	88

SIGLAS

AM	Amazonas
BASA	Banco da Amazônia Sociedade Anônima
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
BR	Brasil
CAD	Cadastro Ambiental Rural
CCDRU	Concessão de Direito Real de Uso
CCU	Contrato de Concessão de Uso
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DNTR	Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
IDESAM	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia –
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MMA	Ministério do Meio Ambiente (INSERIR NA REFERENCIA)
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NUPEAS	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ambiente, Socioeconômica e Agroecologia

SUMÁRIO

1. Introdução.....	12
1.1 Reforma agrária.....	16
1.2 A ocupação e a reforma agrária na Amazônia.....	26
1.3 Políticas Públicas.....	30
2. Metodologia.....	33
2.1 Caracterização da área de estudo.....	34
2.2 Análise de Dados.....	42
3. Resultados e Discussão.....	44
3.1 Questão social dos camponeses do PA São Francisco.....	45
3.1.2 Educação.....	45
3.1.3 Infraestrutura.....	54
3.1.4 Rotatividade dos assentados.....	61
3.1.5 Titulação da terra	64
3.1.6 Eletrificação e geração de renda.....	70
3.1.7 Desmatamento no PA São Francisco.....	86
4. Considerações finais.....	88
Referências.....	90

1. INTRODUÇÃO

A reforma agrária em sua dinâmica e carga social para a efetiva implementação como políticas públicas de Estado, tem sua essência a promoção da distribuição de terras, com vistas a um equilíbrio e interação do homem com a natureza e a partir desta interação, diminuir as desigualdades sociais e regionais, proporcionando um modo de vida digno ao camponês dentro do território, no qual o mesmo escolheu para morar e cuidar de sua família, usufruindo de forma ordenada dos recursos naturais disponíveis.

A proposta deste trabalho tem como foco a comunidade rural que vive no projeto de Assentamento São Francisco, localizado em Canutama, sul do estado do Amazonas. Por ser considerado fronteira agrícola e estar situado no arco do desflorestamento, sofre constantes pressões quanto ao uso da terra para fins de especulação e projetos agropecuários que se expandem nesta região. Neste sentido faz-se necessário fomentar pesquisas em nível de pós-graduação no estado, haja vista a carência de estudos nesta temática, é necessário não apenas para o Amazonas identificar e também verificar o desenvolvimento das políticas públicas na dinâmica de um projeto de assentamento rural na Amazônia.

Os assentamentos foram criados a partir de políticas públicas que notaram a necessidade de aplicar a reforma agrária e, no intuito de ocupar a região norte que faz parte da Amazônia Brasileira. Para Girardi (2008), a Amazônia Brasileira tem sido usada recorrentemente, como alternativa de promover a reforma agrária e ocupação deste território brasileiro pouco povoado, através dos projetos de assentamentos.

Diante desta perspectiva Gehlen (2004) afirma: “A reforma agrária, por essência é uma política pública com um forte impacto social”. Para nossa pesquisa nos pautamos sobre a Amazônia Legal, especificamente o estado do Amazonas, o sul do estado, área pertencente ao arco do desflorestamento, fronteira agrícola em expansão, sofrendo pressões com a especulação fundiária, a agropecuária e a exploração madeireira, fatores que fortalecem o sistema capitalista.

Este pensamento acompanha o Brasil historicamente, pois os governantes não dispunham do interesse de criar leis ou ações que proporcionasse uma distribuição de terra igualitária, geralmente promoviam benefícios aos latifúndios capitalistas da época.

Tendo como ponto de partida o século XX, em 1964 através do presidente Castelo Branco, regulamentou-se a reforma agrária com a Lei Nº 4.504 o Estatuto da Terra.

Santos (2005), ressalta: Em seu Artigo 1º o Estatuto da Terra define a reforma agrária como um conjunto de medidas que visem promover a melhor distribuição de terra, no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e aumento de produtividade, como também assegurar um convívio harmonioso e equilibrado na utilização dos recursos oferecidos pela natureza.

Para alguns, a reforma agrária seria uma geradora de conflitos, pois estes mesmos não levam em conta a função social que a terra deva oferecer, por exemplo, o bem-estar das famílias dos camponeses que utilizam a terra para promover o sustento e a conservação dos recursos naturais, ou seja, que a terra tem o seu valor, pois é desta terra que vem o sustento para o camponês criar seus filhos e a geração de renda a partir da agricultura familiar ou agricultura de subsistência.

Para Gehlen (2004), a reforma agrária é legitimada como política pública por atender o desenvolvimento econômico, atrelado a diminuição da pobreza no campo, oferecendo novos postos de trabalho, dinamizando o desenvolvimento local, ou seja, atende não apenas o camponês, mas o interesse coletivo da população de uma região.

Para um desenvolvimento econômico e social da região e sua população, é necessário considerar também, o apoio financeiro, ou seja, o acesso ao crédito rural para o pequeno agricultor. Principalmente para os camponeses assentados oriundos de outras regiões, com seus lotes ainda em formação, estruturando-se no local destinado a ele.

Para Martins (1999), o próprio acesso ao crédito rural em si mesmo já é um entrave, se a reforma agrária ficar apenas nas mãos dos técnicos e burocratas públicos, sem o entendimento da realidade camponesa da própria região.

Uma das dificuldades para o camponês ter acesso aos créditos rurais ou sua utilização com eficiência, é a inoperância de assistência técnica às famílias de camponeses deixadas a própria sorte, já que a maioria desconhece os meios burocráticos para o acesso a tais financiamentos, os quais poderiam alavancar sua qualidade de vida e sua produção familiar, e assim fortalecer o desenvolvimento local e regional.

Esse desenvolvimento regional deve vir alicerçado em políticas públicas com vistas ao desenvolvimento rural, são políticas de estado, as quais são diferenciadas de políticas de governo, pois estas são passageiras e geralmente atendem ou são direcionadas a apenas alguns grupos. A reforma agrária é, ou deveria ser, uma política de Estado, que a torne permanente, e independente de quem assume o poder.

Diante destas alternativas para implantar a reforma agrária na Amazônia, surgiu a criação dos projetos de assentamentos rurais, os quais dependem diretamente de políticas públicas que alavanquem o seu desenvolvimento econômico, social e ambiental. Este desenvolvimento não pode ser pautado, apenas em desenvolver o meio agrário com incentivos a agropecuária, faz-se necessário um desenvolvimento rural, ou seja, atrelar outras políticas públicas, como apoio ao crédito, moradia, educação, saúde, luz no campo, infraestrutura de transporte para escoamento de produção, dentre outras.

A reforma agrária legitima outras políticas públicas e engloba o crescimento econômico, agrega valores sociais e políticos, como também ambientais. No Amazonas, nos últimos anos, tem sido utilizado como alternativa da reforma agrária, a regularização fundiária e os projetos de assentamentos.

O INCRA é o órgão responsável por tais regularizações, mas as ações desenvolvidas pelo Instituto são criadas unilateralmente, e não apenas no Amazonas, mas na maioria dos estados da Amazônia e do próprio país, não considerando as especificidades regionais, principalmente de uma região tão vasta e exuberante em biodiversidade e povos como os que compõem a Floresta Amazônica.

Para Batista (2007), mais uma vez em nome do desenvolvimento, o governo unilateralmente toma decisões, e desconsiderava os mais interessados em participarem das decisões ligadas diretamente a eles nas soluções dos problemas.

Subestimar a capacidade criadora dos camponeses, desprezar seus conhecimentos não importa o nível em que se ache, tentar enche-los de conhecimentos com que os técnicos lhes parece certo, são expressões em última análise, da ideologia dominante (FREIRE, 1982, p.26).

Então, essas direções unilaterais, levam a uma obrigação que não condiz com o meio de vida e a cultura, não levando em conta a precariedade dos assentamentos no Amazonas, em se obter a assistência técnica especializada, tanto para agricultura familiar, quanto para as demais demandas sociais apresentadas nos assentamentos. Diante desta premissa devem ser observadas as práticas formais e informais de valorização dos camponeses, o seu cuidado com a comunidade e o ambiente.

Desta forma estas práticas causam-nos a impressão de um conjunto de ações contrárias às especificidades da região. Então como avançar com a reforma agrária atribuindo-a o conceito de sustentabilidade? O desenvolvimento agrário em detrimento do agrícola?

Algumas ações começam a aparecer como alternativa, como novos projetos especiais ou tipologias de assentamentos, fortalecendo a justiça social no estado. De acordo com Leite (2007), a política de acesso à terra, deve trazer consigo mudanças no lado social, gerando renda diminuindo a pobreza, fortalecendo a economia com expansão do mercado interno entre o urbano e o rural.

Faz-se necessário compreendermos como acontecem esses dois processos, pois a regularização fundiária, se dá em áreas ocupadas por populações tradicionais, áreas essas que são arrecadadas e matriculadas em nome da União Federal.

Os assentamentos acontecem quando existe uma procura de ocupantes em áreas públicas, ou seja, da União ou áreas particulares, em áreas de particulares acontece a desapropriação (INCRA, 2018).

Na ênfase de promoção da sustentabilidade, duas novas tipologias de assentamentos rurais despontam como alternativas: os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE), e os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Para Santos (2005), a reforma agrária no Amazonas deve ser permeada pelo desenvolvimento sustentável. Estas iniciativas por parte do governo devem apenas serem aprimoradas, para que não fiquem apenas na formalidade legitimadas, mas que efetivamente tenha uma atividade agrária e rural que beneficie os seus usuários diretamente, ou seja, os camponeses.

Diante disso o objetivo deste trabalho foi verificar se estão acontecendo as políticas públicas no assentamento, de que forma estão sendo implementadas, se estão atingindo o seu objetivo, o de fixar o homem no campo, desenvolvendo o aspecto socioambiental, considerando a interação homem-natureza com seus saberes tradicionais na perspectiva de sustentabilidade, como também suas dificuldades e limites na atual conjuntura das políticas públicas oferecidas.

Desta forma, como os camponeses assentados no Projeto de Assentamento São Francisco reconhecem as políticas públicas destinadas ao assentamento, as dificuldades quanto as orientações técnicas dos órgãos responsáveis por implementá-las dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável?

Ao refletirmos sobre políticas públicas é necessário nos atermos a alguns conceitos sobre elas, Secchi (2017), conceitua como diretrizes ou ações criadas para o enfrentamento de problemas públicos. Ainda detalhando um pouco mais, Souza (2006), ressalta: Política é uma orientação à atividade ou passividade de alguém, as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública.

Tanto Secchi (2017), quanto Souza (2006), admitem que não existe uma definição única para políticas públicas. Souza (2006 apud Laswel,1958) apresenta uma das mais conhecidas definições, que é responder as seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Para nossa investigação atribuímos uma definição de Souza (2006), citando Peters (1986), como um conjunto de atividades, ou melhor, a soma das atividades do governo que agem diretamente ou através de delegações que vão influenciar a vida dos cidadãos.

1.1 Reforma agrária

Ao refletirmos sobre políticas públicas para o campo, uma das primeiras ideias que temos em mente são, reforma agrária, movimentos sociais, latifundiários e conflitos (FERNANDES, 2004). Se existe um problema social no campo, devem ser criadas alternativas para sua resolução. Nesse aspecto a reforma agrária é uma política pública que busca esta solução. Então ao se buscar a resolução da questão agrária, é necessário conhecê-la. Como está relacionada a concentração, o uso e a posse da terra.

Dentro da ótica de produção capitalista, ao discutirmos sobre reforma agrária e a concentração de terra, Oliveira (2007) ressalta, no sistema capitalista, a terra tem um preço e não um valor, ou seja, para o proprietário é vista como uma mercadoria com fins a especulação. Diferente da visão do camponês que a vê como um meio de sobrevivência, sustento, o seu próprio lar valorizando assim a terra. Então a concentração da terra, faz parte de uma engrenagem para produção do capital.

[...], quanto a política de reforma agrária, só podem ser compreendidos se tivermos em conta o que vem ser a questão agrária no Brasil. Num país que o grande capital se tornou proprietário de terras, a concepção clássica da questão agrária, das reformas que ela pede, fica substancialmente alterada (MARTINS, 1999).

Então temos um breve entendimento do que seja concentração de terra dentro do sistema capitalista de produção, nos atendo, portanto, a compreensão de reforma agrária. Historicamente a reforma agrária no sistema capitalista, surge da necessidade do capital submeter-se a resolução de uma função social, criando ações governamentais por parte do Estado, na ânsia de tentar coibir ou antecipar-se a possíveis movimentos revolucionários que podem dar margens ao socialismo.

Logo a reforma agrária realizada em alguns países capitalistas, visam uma modificação na disposição fundiária de um território regional. Sua dinâmica se dá através da

distribuição de propriedades, ou terras que no passado pertenciam a um único dono ou a União.

Essa distribuição proporcionaria melhorias e benefícios sociais, culturais, econômicos, ambiental, econômicos (aumento da produção agrícola), como também uma reorganização do espaço territorial, qualidade de vida para os camponeses. Essa reorganização não deveria trazer risco ao modo capitalista, a vista disso surge a necessidade de o governo criar e tomar as decisões.

Oliveira (2007), conceitua de um modo claro, na sociedade capitalista, tem como objetivo de retirar do latifundiário a concentração de terra, e distribuí-las para os camponeses ou demais trabalhadores. Ainda para Oliveira (2007), é um conjunto de mudanças da estrutura agrária de uma região, ou de um país com vistas as melhorias econômicas, sociais e políticas dos trabalhadores rurais.

Para Laranjeira (1983), a reforma agrária é um processo pelo qual o Estado estabelece normas, modificando assim, os direitos sobre a propriedade e a posse de bens agrícolas, com base na transformação fundiária e da reestruturação das medidas de assistência em todo país, com vistas a maior oferta de gêneros e a eliminar as desigualdades no campo.

Para Gehlen (2004), a reforma agrária é legitimada como política pública por atender o desenvolvimento econômico, atrelado a diminuição da pobreza no campo, oferecendo novos postos de trabalho, dinamizando o desenvolvimento local, ou seja, atende não apenas o camponês, mas o interesse coletivo da população de uma região.

Assim sendo, o Estatuto da Terra, visava diminuição da desigualdade social no campo, ao desconcentrar a propriedade da terra, distribuindo conforme o regime de posse e uso, além fazê-la ter uma função social atrelada a sustentabilidade e justiça social.

De acordo com o Estatuto da Terra (Lei nº 4504/64) a reforma agrária proporciona: A desconcentração e a democratização da estrutura fundiária; a produção de alimentos básicos; a geração de ocupação e renda; o combate à fome e a miséria; a diversificação do comércio e dos serviços no meio rural; a interiorização dos serviços públicos básicos; a redução de migração campo-cidade; a democratização de estruturas de poder; a promoção de cidadania e justiça social (INCRA, 2011).

As transformações que a estrutura agrária brasileira sofreu nas últimas décadas do século XX, e no início do século XXI trouxeram importantes e distintas mudanças na dinâmica socioeconômica rural do Brasil, impactando a agricultura, a pecuária, o extrativismo, como também a cultura, através das ocupações ocorrentes em todas as regiões do país.

Tendo o século XX como referência, sobre as propostas de reforma agrária, nos atemos a Constituição Federal de 1946. Propostas baseadas em princípios presentes nos artigos 141 e 147, os quais versavam sobre a desapropriação de propriedades, em virtude do interesse social com a justa distribuição de terra:

Art. 141 § 16 – É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévio e justa indenização em dinheiro.

Art. 147 - O uso de propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá por observância do artigo 141§ 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos.

A partir destes princípios ora priorizados nos artigos destacados acima, a articulação entre a desapropriação por interesse social e a justa distribuição de propriedade, seria capaz de constituir-se uma excelente proposta de reforma agrária para o Brasil.

Tinham a consciência de que era necessário o enfrentamento ao proprietário e ao próprio governo. Era uma grande mudança política que mexia com uma vida pacata do meio rural e incomodava a elite.

Infelizmente, esta lei, proporcionava incentivos à modernização das empresas agrícolas brasileiras, tornando-se excludente e fortalecia ainda mais o latifundiário, pois o Estatuto não questionava e nem fiscalizava quanto ao uso social da terra, tendo como consequência o aumento de empresas capitalistas rurais latifundiárias, que comumente passaram a aquisição de terras, no sentido de segundo eles, modernizar a agricultura e alavancar cada vez mais a produção.

Para Stédile (2012), nunca aconteceu uma reforma agrária conforme o que se esperava ou preconizava o Estatuto da Terra, foram utilizadas algumas desapropriações pontuais, sem atacar os grandes centros com latifúndios, utilizando a Amazônia como forma de colonização ou ocupação das terras.

Stédile (2012) entende a reforma agrária em um sentido mais abrangente do Estado, que tem o dever de “distribuir a terra a quem queira produzir, e dela usufruir, é democratizar a propriedade da terra na sociedade, é garantir todo o seu acesso. Se aplicada, é uma política pública que permite avanços na desequilibrada balança da desigualdade social” (STÉDILE, 2012).

É a compreensão da função social na terra, e o seu acesso garantido pela Constituição Federal e o Estatuto da Terra, é a força da lei que dá condições de desapropriação pelo Estado

para o uso da terra. São os camponeses e trabalhadores respaldados pelos princípios constitucionais, de participarem de movimentos sociais de forma mais efetiva pela posse da terra. O que se percebe é que nas últimas décadas a política de reforma agrária tem acontecido com a imposição de programas de assentamentos rurais.

Afinal, é reforma agrária ou colonização? Não obstante termos leis como a Constituição de 1946 e a Constituição de 1988, que amparem a reforma agrária, optou-se no Brasil priorizar a colonização da Amazônia, considerada até então pelos governos populistas e militares, como um espaço vazio ao invés de redistribuir a terra dos latifúndios.

Esta promoção de mudança na estrutura fundiária, vem historicamente arrastando-se desde a sesmaria feita por imigrantes portugueses pobres, que também buscavam melhorias e qualidade de vida na nova colônia. Assim também as capitânicas hereditárias efetuadas por Martin Afonso em 1530, visavam colonizar através da posse de território, repassados de pai para filho e assim fixar moradores portugueses na nova terra, o que evitaria ataques e invasões de outros europeus.

Já no século XX, entre as décadas de 1960 e de 1970, no intuito de integrar a Amazônia para não entregá-la, o que manteria a soberania, desenvolveria o espaço vazio da floresta (LE TOURNEAU E BURSZINTYN, 2010), e resolveria os conflitos (FERNANDES, 2004). Esses conflitos por terra, principalmente no Nordeste, serviram para o surgimento das Ligas Camponesas, um dos percussores de movimentos sociais, em resposta a busca pela reforma agrária, que cada vez mais ganhava repercussão nacional.

Para os governantes brasileiros, copiado do capitalismo norte americano, uma ideologia expansionista, que de acordo com Rêgo (2002), a Amazônia seria uma fronteira processual que abrigaria as populações que estivessem em zonas de conflitos sociais, esta foi a máxima no regime militar, colonizar a Amazônia com o discurso de integrar com o restante do país, e desenvolvê-la sucumbindo ao imperialismo das grandes potências.

Ao utilizar a floresta Amazônica como fonte de exploração econômica de matérias primas, foram sempre excluídos os camponeses originais ou podemos dizer, populações tradicionais, como índios, e regionalmente todos amazônidas trabalhadores frutos desta exploração. Temos como exemplo trabalhadores da Transamazônica (BR - 230), criada com o Plano de Integração Nacional (PIN), que fugindo da seca e dos conflitos por terra no Nordeste, formam também essa gama de camponeses deixados de fora. Como destaca Oliveira (2007):

[...] era preciso levar trabalhadores para que fosse possível implementar os planos da “Operação Amazônia”, pois de nada adiantariam grandes projetos agrominerais e agropecuários em uma região aonde faltava força de trabalho. A alternativa foi a mesma empregada de há muito em território brasileiro para suprir a falta de trabalhadores: lançar mão de programas de colonização (OLIVEIRA, 2007).

O Estado brasileiro guiado pela ideia de fronteira processual, transferiu famílias do Nordeste, Sul e Sudeste, com a finalidade de sanar essas lutas pela terra, sem importunar os latifundiários, além de proporcionar mão de obra para manutenção dos empreendimentos capitalista na região.

Esta expansão capitalista, traria à Amazônia uma nova identidade em sua estrutura espacial. Não seria a partir de suas condições ou aspectos culturais e ecológicos que ela se encaixaria na nova prática do capitalismo (GONÇALVES, 2001). E novamente teria o papel de colônia fornecedora de matéria prima, principalmente madeiras e minerais, inscreveriam a Amazônia na divisão nacional e internacional do trabalho, integrando-se ao sistema capitalista.

Essa incorporação de mudança na estrutura de uma região como a Amazônia, não é uma atividade simples, ao considerarmos todas as particularidades que a floresta apresenta, grandes dimensões territoriais, biodiversidade e sociodiversidade. Para Ferreira (2016) “A Amazônia na realidade deve ser entendida e analisada no plural, nas diversidades, tanta dimensão social quanto em natureza natural”. Então como padronizar as formas de domínio sobre as terras amazônicas e suas riquezas naturais? Sendo que os camponeses amazônicos dispõem de seu modo de vida relacionados a sazonalidade que o ambiente apresenta. Sua resiliência tanto em terra firme quanto na várzea (BENATTI, 2005).

O Estado, com sua noção de vazio demográfico, não considerou o controle informal que os camponeses exerciam sobre o território. Sobre este controle podemos citar o espaço que uma família tinha direito, como seu sítio, roça e um espaço ainda não utilizado para roçados futuros, orientados pelo tamanho da família e conforme sua necessidade. Eram os arranjos sociais delimitados a cada família.

Nestes territórios, ainda tinham as áreas em comum, como fontes de água para pesca, caminhos que ligavam uma casa a outra, floresta para o extrativismo e a utilização de madeiras para o reparo das casas. Entretanto o Estado não se ateu aos costumes regionais, considerava-os primitivos, pois eram diferentes da ótica capitalista, logo gerou um impacto com os acertos informais estipulados pelos camponeses amazônicos, culminando assim em conflitos (ESTERCI, 2010).

O Estatuto da Terra que ordenaria o direito dos camponeses, concedeu apenas a permanência nos lotes, onde os mesmos já residiam. O INCRA que tinha o poder de decisão atrelado a Brasília, menosprezou todas as nuances regionais e os povos que já moravam neste território. Tratava-se mais uma vez em fortalecer o poderio capitalista dos empreendedores investindo no “espaço vazio”, ou seja, o modelo expansionista e desenvolvimentista da época (ESTERCI, 2010).

Pensar a Floresta Amazônica e reforma agrária, uma das primeiras ideias que temos em mente são, uma imensa floresta, uma biodiversidade, indígenas, como também movimentos sociais, latifundiários e conflitos (FERNANDES, 2004). Se existe um problema social devem ser criadas alternativas para sua resolução, nesse aspecto a reforma agrária é uma política pública que busca esta solução. Então ao se buscar a resolução da questão agrária, é necessário conhecê-la, como esta relaciona a concentração, o uso e a posse da terra:

Os desencontros entre o governo, de um lado e o MST, a Igreja e as oposições, de outro, quanto a política de reforma agrária, só podem ser compreendidos se tivermos em conta o que vem ser a questão agrária no Brasil. Num país que o grande capital se tornou proprietário de terras, a concepção clássica da questão agrária, das reformas que ela pede, fica substancialmente alterada (MARTINS, 1999).

Embora de maneira mais consistente as discussões sobre a elaboração de uma política satisfatória para a solução de conflitos por terra no território nacional viessem ocorrendo em vários governos desde 1960 até os dias presentes, nenhum governante de fato tratou com grande importância a situação agrária, proporcionando o vigor jurídico e social da terra.

A compreensão de reforma agrária remete a renovação do estado agrário definida nas sociedades para outra forma, em conformidade com novos conceitos, novas práticas. Por exemplo, com a percepção do desenvolvimento sustentável, são condicionantes para a criação e a implantação assentamentos agrários no país.

Após o regime militar, com a redemocratização e com as pressões sofridas pelo MST, e o apelo público da época, o governo, no âmbito das políticas públicas como alternativa, implantou os Projetos de Assentamentos, o objetivo era uma nova política agrária, mas infelizmente esses projetos eram impostos de cima para baixo, planejamentos feitos em salas fechadas sem a participação dos futuros moradores ou de quem já estava estabelecido na localidade.

Percebe-se que novamente era uma estratégia por parte do Estado, que se propunha alcançar duas metas: Reduzir a pressão dos expropriados de sua região pelos grandes latifúndios e o aumento de força de trabalho para os grandes projetos na Amazônia.

Evidenciava-se assim, através do INCRA, o aumento de projetos de assentamentos no interior da Amazônia.

Os assentamentos rurais são frutos de políticas de reforma agrária. Contemplam a região Norte principalmente desde as décadas de 1980 e 1990, o INCRA, sobre a responsabilidade da Superintendência Regional (SR 15), criou ao longo dos anos no estado do Amazonas 145 Projetos de Assentamentos rurais (INCRA, 2017).

Os mesmos não surgiram dos desejos da população do estado, nem dos movimentos sociais com Movimentos do Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), são oriundos do Governo Federal, com o objetivo de povoar o imenso vazio demográfico e manter a soberania nacional.

Os projetos de assentamentos rurais de forma geral são entendidos, como conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, onde este imóvel no passado pertencia a um único dono. Então após a criação de políticas governamentais houve um reordenamento do uso da terra, contemplando os trabalhadores rurais que não dispunham de terra e que não tenham condições de adquirir ou manter um imóvel rural (INCRA, 2019).

O conceito não é tão simples, envolve complexidades, por se tratar de um processo de reforma agrária, devendo considerar os camponeses assentados, os seus aspectos socioeconômicos, e ambiental por estarem dentro da floresta Amazônia. Desta forma não é apenas uma unidade agrícola com uma dimensão territorial limitada.

Deve conter ações planejadas que contemplem ou sejam voltadas à função social, permeada pela interação homem-natureza, de forma sustentável. Logo, deve abranger um caráter integral de desenvolvimento rural e políticas de assistência técnica.

Conforme a Instrução Normativa INCRA nº 15/2004, apresenta um conceito bem abrangente quanto ao uso racional dos espaços físicos e os recursos naturais:

A observância dos aspectos sociais geográficos e culturais, como também a vocação da terra, além dos próprios residentes, traz melhores resultados quanto a função social da terra, pois não se pode aplicar moldes, utilizados do sul do país, em uma região com características bem distintas como a Amazônia.

Considerar as particularidades da floresta e de seus camponeses, trarão uma nova dinâmica e variáveis quanto a classificação ou modalidades dos projetos de assentamentos rurais.

A criação dos assentamentos rurais nem sempre implicam em melhorias de atendimento aos direitos básicos dos assentados e serviços como, atendimento à saúde, educação, saneamento básico, ou a própria obtenção da propriedade rural.

Geralmente a maioria das famílias vive em difíceis situações, em consequência da demora em acontecer o atendimento básico desses serviços públicos, quando acontecem. Então como próprio da natureza dinâmica dos camponeses, sempre buscando melhorias ou certas adaptações, logo essas adaptações fazem com que aconteçam os deslocamentos.

Para o atendimento destes camponeses que se deslocam, faz-se necessário um novo arranjo espacial, ou uma reorganização política e econômica, o que é gerado através de novas políticas públicas. É o que se propõe as novas modalidades de projetos de assentamentos rurais, com fins de reforma agrária.

Questão essa que esbarra no Congresso Nacional, e que exige dos governantes pulso firme e atitudes, pois o diálogo com a bancada ruralista, que detém o poder legislativo e que defende a manutenção do latifúndio no país impede que isso aconteça.

Ao tratarmos da classificação dos projetos de assentamentos em modalidades (Figura 01), podem apresentar duas características em conformidade com o desempenho do INCRA, ou determinados pela questão ambiental. Em relação ao desempenho do INCRA, são divididos em a) criados ou b) reconhecidos pelo INCRA.

Os assentamentos criados, são criados e estabelecidos dentro da Política Nacional de Reforma Agrária. Enquanto que os reconhecidos são espaços territoriais estabelecidos, fora do objetivo dessa Política Nacional e são incorporados no decorrer do tempo a esta política Nacional.

MODALIDADE DE ASSENTAMENTOS RURAIS	
MODALIDADE	CARACTERÍSTICAS
Projeto de Assentamento Federal (PA)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra; ▪ Aporte de recursos de crédito Apoio à Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da União; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União.
Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra; ▪ Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da união; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; Titulação (Concessão de Uso) de responsabilidade da União; Os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas; Atividades

	ambientalmente diferenciadas.
Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projetos de Assentamento estabelecidos para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigido para populações tradicionais (ribeirinhos, comunidades extrativistas, etc.); ▪ Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra; ▪ Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (Pronaf A e C) de responsabilidade do Governo Federal; ▪ Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; ▪ Não há a individualização de parcelas (Titulação coletiva – fração ideal) e a titulação de responsabilidade da União.
Projeto de Assentamento Florestal (PAF)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ É uma modalidade de assentamento, voltada para o manejo de recursos florestais em áreas com aptidão para a produção florestal familiar comunitária e sustentável, especialmente aplicável à região norte; ▪ A produção florestal madeireira e não madeireira no PAF deverá seguir as regulamentações do Ibama para Manejo Florestal Sustentável, considerando as condições de incremento de cada sítio florestal; Tais áreas serão administradas pelos produtores florestais assentados, por meio de sua forma organizativa, associação ou cooperativas, que receberá o Termo de Concessão de Uso; ▪ O Incra, em conjunto com Ibama, órgãos estaduais e a sociedade civil organizada, indicarão áreas próprias para implantação dos PAF's.
Projeto de Assentamento Casulo (PCA)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto de Assentamento criado pelo município ou pela União; A União pode participar com os recursos para a obtenção de recursos fundiários, mas a terra pode ser do município ou da União; ▪ Aporte de recursos de Crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (Pronaf A e C) de responsabilidade do Governo Federal; ▪ Infra-estrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade do Governo Federal e Municipal; diferencia-se pela proximidade à centros urbanos e pelas atividades agrícolas geralmente intensivas e tecnificadas; Titulação de responsabilidade do município.

Figura 01: – Modalidades de Assentamentos rurais
Fonte: INCRA, (2019).

1.2 Assentamentos rurais no Amazonas

A preocupação em preservar a Floresta Amazônica em áreas utilizadas pela reforma agrária, levaram a criação no estado do Amazonas, de modalidades de assentamentos ambientalmente diferenciados, no viés de sustentabilidade e o bom uso de recursos naturais

existentes, como também a preservação do conhecimento tradicional ou a preservação da cultura das comunidades que já ocupam estas áreas.

Além dos assentamentos agrícolas “clássicos” (categoria em que agrupamos os antigos Projetos Integrados de Colonização (PIC), os Projetos de Assentamento Dirigidos (PAD), os Projetos de Assentamento Rápido (PAR) e os atuais Projetos de Assentamento – PA), existem hoje os assentamentos agroextrativistas (Projetos de Assentamento Extrativista ou Agroextrativista – PAE), os assentamentos agroflorestais (Pólos Agroflorestais – PE ou Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS), e também formas descentralizadas (antigamente Projetos de Assentamento Conjunto – PAC, em parceria com firmas privadas, e atualmente Projetos de Assentamento Casulo – PC, em parceria com as prefeituras)(LE TOURNEAU E BURSZTYN, 2010).

Nos últimos anos os PAEs, apresentaram um forte crescimento no Amazonas, tendo em vista a grande presença de povos tradicionais. Uma nova modalidade que tem despontado são os PDS, contudo estudos recentes têm colocado em dúvida a sua verdadeira temática de sustentabilidade se difere dos PAs existentes (LE TOURNEAU E BURSZTYN, 2010).

Estas ações como políticas de reforma agrária, na perspectiva do território amazônico, dividem opiniões quanto ao desenvolvimento social que os assentamentos rurais possam apresentar na redução do desmatamento. E de outra forma contrária sobre o avanço econômico destes projetos, considerando o papel do desflorestamento nos assentamentos amazônicos, está ligado diretamente as mudanças climáticas (LE TOURNEAU et al., 2010).

Faz-se necessário compreender os assentamentos rurais e suas especificidades, como também os atuais modelos implantados no estado do Amazonas, a extensão e o avanço do desmatamento, os motivos diretos e indiretos para devastação da floresta e os reveses que envolvem o enfrentamento e superação do problema.

Desta forma, um assentamento rural, consiste e um projeto permeado por diversas ações elaboradas e pluricultural, com a finalidade de atender a função social e a proteção ambiental da propriedade rural.

Atualmente o estado do Amazonas conta com 145 projetos de assentamentos (INCRA, 2017). Deste distribuídos nas modalidades descritas anteriormente (Figura 01) e com características diversas conforme abaixo (Figura 02).

MODALIDADES ASSENTAMENTOS RURAIS NO AMAZONAS

MODALIDADES	CARACTERISTICAS
Projeto de Assentamento Municipal (PAM)	<ul style="list-style-type: none">▪ Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade dos municípios;▪ Aporte de recursos de crédito e infra-estrutura de responsabilidade dos municípios;▪ Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, Crédito Apoio à Instalação e produção (Pronaf A e C) mediante convênio;▪ Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos a infraestrutura básica;▪ O Incra reconhece os Projetos Municipais como de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária;▪ Titulação de responsabilidade dos municípios.
Reservas Extrativistas (RESEX)	<ul style="list-style-type: none">▪ Reconhecimento pelo Incra de áreas de Reservas Extrativistas (Resex) como Projetos de Assentamento viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária;▪ A obtenção de terras não é feita pelo Incra, mas pelos órgãos ambientais federal ou estadual quando da criação das Resex.
Floresta Nacional (FLONA)	<ul style="list-style-type: none">▪ A obtenção de terras não é feita pelo INCRA, mas pelos órgãos ambientais federal quando da criação da FLONA.

Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ De competência do Ibama; ▪ São unidades de conservação de uso sustentável reconhecidas o pelo Incra como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos como créditos de implantação e produção (Pronaf A); ▪ O reconhecimento de RDS como beneficiária do PNRA, feito por analogia, à portaria de reconhecimento das Resex.
Floresta Estadual (FLOES)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ São unidade de Conservação criadas pelo estado.
Projeto Integrado de Colonização (PIC)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O Estado é o principal agente financiador do desenvolvimento na região, e o responsável em regularizar as terras obtidas

Figura 02: Especificidades dos Assentamentos no Amazonas
Fonte – INCRA, (2019).

De acordo com a Norma de Execução INCRA nº 93/2010 que dispõem sobre a escolha da modalidade de um assentamento ambientalmente diferenciado a ser criado, são os mesmos mecanismos de criação dos projetos convencionais, acrescido das características e regulamentos da modalidade.

Os assentamentos ambientalmente diferenciados, além do objetivo já estabelecido da reforma agrária, são direcionados a defesa do meio ambiente, em conformidade do uso equilibrado dos recursos naturais, a predisposição do que a terra produz e o reconhecimento dos povos tradicionais que habitam estes territórios.

A criação destes projetos ambientalmente diferenciados, de acordo com WWF (2019), tem sido uma alternativa para coibir o avanço do desmatamento, em áreas como o sul do estado do Amazonas, considerada a “última fronteira”, pois abrange um total de 425 milhões de quilômetros quadrados distribuídos pelos municípios de Apuí, Boca do Acre, Canutama, Humaitá, Lábrea, Manicoré, Maués e Tapauá. Comportando mais de 319 mil habitantes nessa região e possui 61% desta área protegidas.

Estas áreas por estarem localizadas no arco do desflorestamento, sofre pressões com o avanço da fronteira agropecuária, onde alguns dos problemas detectados são a grilagem de terra, a invasão em áreas protegidas para retirada de madeira e o avanço da pecuária, convertendo florestas em pastagem.

Apesar do Amazonas ser um dos estados com menor índice de desmatamento, a porção do sul do estado, vem se tornando como uma nova área de expansão da fronteira agropecuária e reunindo a maior parte de frente de desmatamento no estado (MACEDO, 2009).

Com da exploração madeireira apontada como frente pioneira (MACEDO et al 2009), que ao criar meios para escoamento da matéria prima, proporciona a oportunidade a ação dos grileiros, e conseqüentemente a ocupação da terra para outros fins. Já a pecuária proporcionaria a continuidade ao processo de modificação de área florestal, ao passo que o plantio da soja abrangeria nas áreas de pastagem, diminuindo assim os custos de sua implantação.

Para EMBRAPA (2008), o impacto da cultura da soja, nem sem se daria de forma direta, mas sim através de uma combinação de transferências de terra de diferentes grupos, seria uma fronteira especulativa, onde pequenos agricultores e pecuaristas descapitalizados, não resistiriam a oferta ou a pressão de novos grupos, então a posse destas terras depende da abertura de novas áreas e o lucro viria em virtude da comercialização das terras e não dos retornos produtivos da pecuária.

Rodrigues (2004), previa que seria em decorrência da transferência da fronteira do Mato Grosso, já saturado enquanto que no sul do Amazonas, com sua localização estratégica, proporcionaria um baixo custo de escoamento da produção pela hidrovia dos rios Madeira e Amazonas até o porto de Itacoatiara.

1.3 Ocupação da Amazônia

Ao longo da história, a ocupação regional amazônica traz em seu escopo motivações que surgiram desde sua colonização. Atribuímos então à ocupação, três conceitos de reflexões. O primeiro trata-se de como a pressão internacional, frente ao padrão econômico desenvolvido no exterior, influencia na Amazônia, Brasil e América Latina, bem como a exploração comercial de seus recursos naturais destinados à exportação. Esse padrão econômico que surgiu com a expansão marítima dos povos europeus, foi componente formador do que é hoje a Amazônia (BECKER, 2010).

Toda essa dominância, em busca do desenvolvimento econômico ou progresso, o qual é entendido como exploração da economia de fronteira, através de seus recursos naturais, com o pensamento destes recursos serem infinitos (OLIVEIRA, 2001). Então, na Amazônia, a valorização e exploração de recursos naturais, foram revestidos de grande valor momentâneo

no mercado internacional, e após surge um grande período de estagnação (BECKER, 2005). Como exemplos mais recente podemos citar o período áureo da borracha no Acre e Amazonas.

A segunda a ser entendida é a Geopolítica. Para fins de conhecimento, conforme Becker (2010), são as relações de poder e espaço geográfico. Assim como os interesses econômicos sofriam pressões externas, o território brasileiro também sofria pressões, que culminava em invasões. Na época do império, a coroa portuguesa não tinha recursos financeiros, nem humanos para povoar a Amazônia, e assim garantir a soberania.

A saída então foi utilizar de estratégias de controle de território. Neste sentido, a geopolítica, foi mais importante que os interesses econômicos, pois era capaz de lidar com as pressões externas. Então para se manter a soberania criou-se alternativas de como intervir em locais estratégicos, com unidades administrativas diretamente ligadas ao poder central.

Trata-se de modelos de ocupação distintos, um com uma visão externa do território, ou seja, exógena, relacionando a soberania e as relações com o centro do governo. Enquanto que a outra, dentro de uma visão endógena, fortalecendo a autonomia local através da interação com os habitantes.

Como modelo dessa ocupação, tivemos o trabalho missionário de catequização. Os quais de forma organizada, pautados pela economia, fizeram algo que o governo colonial não foi capaz de efetuar. Servindo então para manter a unidade política da Amazônia.

Para Becker (2010), a geopolítica sempre fora marcada por pressões, das mais diversas, desde intervenções mais brandas, ou conflitos armados a tomar decisões a respeito de seus territórios quanto ao uso deles. Uma espécie de imposição encoberta, que ao longo do tempo está atrelada a revolução científico-tecnológica.

Então o primeiro conceito refere-se a uma reprodução histórica do modelo exógeno até os dias atuais, enquanto o segundo conceito, representado pelo modelo endógeno, não contempla de forma geral a autonomia, e sim está relacionado ao desenvolvimento local.

O terceiro nível contempla modelos espaciais, com a criação de redes atreladas ao Estado, através de políticas de intervenção na economia, que agilizou o processo de ocupação da Amazônia.

Historicamente, as políticas de Estado, originaram-se com o Estado Novo de Vargas, e para Becker (2010), fora mais discurso do que ação. Segundo a autora, de modo mais contundente deu-se a ocupação na Amazônia com Kubitscheck:

Foi a necessidade de unificar o mercado nacional, associada ao avanço da industrialização, que desencadeou a abertura da região. No governo de Juscelino Kubitschek, ações efetivas afetaram a região pela implantação das rodovias (1958) Belém-Brasília e Brasília-Acre, duas grandes pinças contornando a fímbria da floresta. A partir daí, acentuou-se a migração que já se efetuava em direção a Amazônia, crescendo a população regional de 1 para 5 milhões entre 1950-60, e de modo acelerado a partir de então (BECKER, 2010, p.136-137).

No intuito de tirar o Brasil de um país agrário, e torná-lo num país industrial, sucumbindo aos interesses exteriores, deu-se início a construção de redes, como a construção de rodovias, com um forte impacto na região norte.

Efetivamente, o Estado, a partir de 1966, começou a elaborar um plano organizado de ocupar a região, tendo vários motivos. Dentre eles os conflitos dos camponeses expropriados do Nordeste e Sudeste, onde a agroindústria começava a despontar (OLIVEIRA, 2007). Percebeu-se também que seria uma maneira de coibir guerrilhas que pudessem surgir, como a do Araguaia (LE TOURNEAU E BURSZTYN, 2010).

Ainda nessa linha de pensamento, outro fator que preocupava, era o Brasil perder a influência no continente, pois a proximidade das capitais com suas Amazônia, estava levando à migração, como também a construção da Carretera Bolivariana Marginal de la Selva. Além desses fatores, existia também a pressão internacional, exercida pelo Instituto Hudson, o qual propunha tornar a Amazônia num imenso lago, pois em sua concepção isso facilitaria a exploração dos recursos naturais, o que não fazia parte dos interesses do governo brasileiro (BECKER, 2010).

Outros procedimentos serviram para alavancar a ocupação da região, destacamos a criação de instituições bancárias como o Banco da Amazônia (BASA), a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) a própria Zona Franca de Manaus, um território industrial, no meio da floresta com suas atividades extrativista.

Uma outra estratégia elaborada foi a criação de territórios, ou seja, como conceitua Lefebvre (1978), citado por Becker (2001), “a produção do espaço”, o que segundo o autor, é o surgimento de espaço político criado pelo Estado, com a finalidade de impor seu domínio, com normas e leis, diretamente ligados ao governo central com duplo controle técnico e político.

Ainda como estratégia, criou-se as redes de integração espacial, tendo como destaque, obras e investimentos do Governo Federal, tais como rede rodoviária, entre elas a Transamazônica e a Perimetral Norte, além das intra-regionais Cuiabá – Santarém (BR163) e Porto Velho – Manaus (BR319). Outra rede, não menos importante, foi surgimento das

telecomunicações comandadas por satélites, que tinham como característica, estreitar a distância pelos contatos telefônicos e criar novos valores de consumo, ditos como modernidade, através da televisão. A terceira rede criada, foi a de núcleos urbanos, com sedes e instituições estatais e privadas. E por último a criação da rede de hidroelétricas, as quais gerariam matéria-prima para no futuro alocarem indústrias na região.

Criaram-se redes desarticuladas, as quais objetivaram um desenvolvimento territorial, ou uma integração nacional, de modo seletivo, ou seja, dentro do que aquela região poderia oferecer, ou como poderia oferecer renda econômica, ou ainda uma maneira de alocar mão de obra e coibir futuras revoluções em face a distribuição de terra.

Para Becker (2001), as lições que podem ser absorvidas quanto a ocupação regional, são os benefícios atribuídos às elites latifundiárias e a agressividade de implantação, de forma rápida, das redes tecno-políticas, que entenderam o espaço amazônico diferente, como homogêneo, sem considerar as características sociais e ecológicas, com resultados maléficis, desconsiderando vidas e saberes tradicionais. Estes são modelos que devem ser evitados ao se planejar uma região.

Desta forma, como os camponeses assentados no Projeto de Assentamento São Francisco, reconhecem as políticas públicas destinadas ao assentamento e as dificuldades quanto as orientações técnicas dos órgãos responsáveis por implementá-las, dentro da perspectiva de sustentabilidade?

Dentre as políticas públicas de Estado, que são políticas perenes, que independem de quem assume o governo, destacamos a reforma agrária na Amazônia brasileira, especificamente no sul do estado do Amazonas, área próxima ao arco do desflorestamento, com forte tendência ao avanço da fronteira agrícola em expansão e a especulação fundiária fortalecendo o sistema capitalista. Para Girardi (2008) a Amazônia Brasileira tem sido usada recorrentemente, como alternativa de promover a reforma agrária e ocupação deste território brasileiro pouco povoado, através dos projetos de assentamentos.

Então buscou-se promoção a reforma agrária. Gehlen (2004) afirma “A reforma agrária, por essência é uma política pública com um forte impacto social”. Pois em sua essência, deve promover a distribuição igualitária de terra, vinculada a qualidade de vida entre os camponeses que a utilizam como meio de sobrevivência e sustento de suas famílias.

1.3 Políticas públicas

O Estado, com a finalidade de desenvolver um território observando sua localização geográfica com suas respectivas potencialidades e necessidades definidas por órgãos e instituições, cria bases e ações que podem ser definidas como políticas públicas. Para Souza (2006):

Não existe uma única nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1985) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986), segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades do governo que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984), sintetiza a definição de política pública como o que o governo escolhe fazer ou não fazer. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswel, ou seja, decisões e análises sobre política pública implica responder as seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (SOUZA,2006).

Ainda para Secchi (2014) “Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Desta forma a política pública serve como um referencial ou norteamento para uma determinada ação ou inércia (SECCHI, 2014). Então quem é ou quem são os responsáveis em elaborar e executar políticas públicas? Seria o Estado? Alguns autores tem o entendimento estatista ou estadocêntrica como sendo monopólio dos agentes estatais, os quais tem autoridade constituída legalmente em elaborar leis.

Alguns pensadores afirmam: “Em outras palavras, é política pública somente quando emanada de ator estatal (Hecló,1972; Dye, 1972; Meny e Thoenig, 1991; Bucci, 2002; Howlet, Ramesh e Pearl, 2013) (SECHI, 2013) ”.

Já uma outra vertente multicêntrica ou policêntrica, considera as instituições privadas ou organizações não governamentais, também responsáveis por criarem ou estabelecerem políticas públicas valendo-se da caracterização do problema público.

Então, é quando ocorre um enfrentamento do problema público e uma organização que não seja estatal, criam-se ações para solucioná-lo. Considerando então, estudiosos e cientistas políticos como Karl Polanyi e Elinor Ostrom, que pautaram suas produções intelectuais em defesa da abordagem multicêntrica (SECCHI, 2013).

Ao definir-se políticas públicas, o termo mais comumente conhecido é, tomada de decisão ou omissão, caracterizada por parte do Estado, que busca favorecer ou ter um efeito específico de desenvolvimento, mas quem ou o que está sendo desenvolvido? Um sistema? Um grupo? Uma minoria?

Neste sentido, faz-se necessário elencar alguns alvos que as políticas públicas pretendem atingir, em resposta às demandas das camadas dos excluídos e menos esclarecidos da sociedade, os mais fragilizados. Essas respostas às demandas, apreciadas pelos representantes que ora estão no poder, contudo são movidos por compromissos que são gerados na sociedade civil, por intermédio de uma pressão e mobilização.

Ainda como meta, as políticas públicas deveriam buscar expandir e fixar as garantias de cidadania, também originados nos esforços das reivindicações sociais e dos movimentos o, que passam ser reconhecidos e legitimados.

Para Teixeira (2002), outro papel fundamental das políticas públicas é fomentar o desenvolvimento da sociedade, criando meios que possam oferecer trabalho e renda, em contrapartida de ações estratégicas criados pelo próprio programa de governo, e assim proporcionar dignidade ao cidadão na luta diária pelo sustento de sua casa.

O papel de mediar conflitos e regular situações advindas dos atores sociais com interesses diferentes, onde os mesmos ou o próprio mercado são incapazes de resolvê-los. Em termos de quem comanda ou detém o poder, Teixeira (2002) ressalta:

Os objetivos das políticas têm uma referência valorativa e exprimem opções e visões de mundo daqueles que controlam o poder, mesmo que, para sua legitimação, necessitem contemplar certos interesses de segmentos sociais dominados, dependendo assim de sua capacidade de organização e negociação (TEIXEIRA, 2002, p.3).

Então, dependendo do entendimento, o valor que o detentor do poder e as alternativas reproduzem para satisfazer um grupo de dominados, é necessária habilidade na administração e assim legitimar a tomada de decisões.

Como então os dominados tendem a receber estas políticas públicas? Para Teixeira (2002), é recebida de acordo com: “A concepção das políticas públicas varia conforme a orientação política” (TEIXEIRA, 2002, p.4).

Diante da visão liberal, a qual vai contra os benefícios para um grupo total, frente as políticas sociais, admite-se que as desigualdades sociais existem e são frutos de escolhas individuais, para tanto a política social deve cumprir apenas a função de pequenos ajustes de seus propósitos.

No olhar socialdemocrata, os benefícios sociais servem como proteção aos menos favorecidos, como uma reparação pelos males causados pela prevalência do capital, onde coincidentemente, serve para perpetuar o sistema. Também são as políticas públicas que tem o

papel de regular a economia através dos fundos públicos para serem investidos em situações estratégicas para o desenvolvimento e os planos sociais.

Esse entendimento é oriundo do termo então chamado, Estado do Bem-Estar Social, o qual obteve um grande desenvolvimento, e proporcionou uma melhor divisão de renda e o reconhecimento dos direitos sociais, além estabelecer de forma indireta, mecanismos de controle da vida dos cidadãos, encarados como meros consumidores dos serviços oferecidos pelo Estado.

Com o colapso do Estado provedor da felicidade, surge o neoliberalismo, que atribui a intervenção do Estado na economia, como o principal responsável pela recessão e a acomodação social, apresentam mudanças na estrutura, com a finalidade de equilibrar o mercado financeiro, reduzindo os gastos públicos em investimentos sociais, uma política social mais rigorosa (TEIXEIRA, 2002).

As políticas públicas no mundo globalizado, tem maior dificuldades em serem realizadas, devido as pressões e interesses externos representados por países ou corporações e movimentos sociais, capazes de influenciar as medidas, quando as mesmas não passam a ser combinadas por estes organismos.

Ao refletirmos sobre políticas públicas para a Amazônia, sob um desenvolvimento rural e não desenvolvimento agrícola com todo apelo ecológico e peculiar que a floresta apresenta complexificado onde natureza e homem interagem, e os mesmos estão sofrendo pressão nacional e internacional, haja vista o sistema capitalista do qual fazemos parte, está sempre visando lucro a qualquer preço, baseado na exportação, que desde a colonização e até hoje é uma motivação de ocupação regional da Amazônia, Brasil, América Latina.

Ao se pensar que os recursos naturais são permanentes, a exploração da Amazônia, sempre esteve pautada em ciclos de produtos e valores, como a cana de açúcar, o café, o ouro a borracha (Becker, 2010). Nesta perspectiva, que acontece ao longo da história, como o Estado pode proporcionar através de suas ações, o desenvolvimento rural com a perspectiva de sustentabilidade em um mundo globalizado?

Como suportar as pressões internacionais e nacionais? Foi só a partir dos anos de 1990 que o apelo ecológico ou ambiental no Brasil passou a ser valorizado e incorporado a estratégias do Estado com vista a valorização do território e o desenvolvimento sustentável. Atualmente é fundamental reconhecer, ou recriar novas formas de desenvolvimento, não o uso predatório dos recursos naturais, como também o saber das populações tradicionais, essa forma de desenvolvimento é um desafio internacional, nacional e regional (BECKER, 2010).

Então como conciliar o crescimento econômico com a conservação dos recursos naturais e a inclusão social?

Este conciliar gera conflitos de interesses, tantos agentes como atores, buscarão manifestar o seu domínio sobre o território. Assim sendo caberá ao Estado esta mediação de conflitos, através das políticas públicas com soluções sobre estas questões que se apresentam como problemas para a sociedade em determinado território (STEINBERG, 2013).

De acordo com Mendes (2015), alude que a criação e execução das políticas públicas apresentam um processo de cunho político devido à forte pressão que grupos sociais atuam junto aos executores das decisões:

Em termos conceituais, políticas são produtos de um intrincado processo de pressões políticas exercidas por grupos da sociedade civil, bem organizados e influentes politicamente, e das predisposições políticas do governo em se sensibilizar acerca dessas pressões. Esses grupos são detentores de agendas bem desenvolvidas e de redes de comunicações estabelecidos que permitem influenciar as tomadas de decisões dos poderes executivos a alocarem recursos e executarem políticas públicas de governo nos três níveis de poder: o federal, o estadual e o municipal (MENDES, 2015).

Na perspectiva da Ciência Política, as políticas públicas remetem ao Estado, a garantia de proteção, felicidade, qualidade de vida ao cidadão ou sociedade como um todo; em uma segunda ótica seria a análise de decisão e em terceiro é a dedicação aos estudos dos resultados que o sistema político tem apresentado com suas especificidades de suas políticas econômicas, tecnológicas, social e ambiental (FREY, 2000).

Procura-se também entender o processo que vai de sua formulação à avaliação dos resultados e com os movimentos populares podem dele participar, seja para tentar influir nas políticas já em vigor, seja para apresentar alternativas que possam atender aos interesses da maioria da população (TEIXEIRA, 2002, p.2).

Para Gehlen (2004), quando o mesmo afirma que o desenvolvimento local resulta da potencialização dos atores ou os beneficiários, com suas iniciativas comunitárias, promovendo a parceria com o Estado, nas três esferas, como também com as instituições privadas. É o aproveitamento das potencialidades dos recursos humanos, institucionais e naturais, para a formulação de propostas no sentido global de desenvolvimento.

Este conjunto de atividades, ou melhor a soma das atividades do Estado, devem vir atreladas a políticas públicas de apoio financeiro e técnico que agem diretamente ou através de delegações que vão influenciar a vida dos cidadãos.

2. METODOLOGIA

Para chegarmos ao objetivo pretendido, realizamos um levantamento bibliográfico sobre o tema abordado, como também sobre o assentamento pesquisado. Foram necessárias visitas ao PA São Francisco, e ao INCRA, órgão responsável pelo PA São Francisco, além do levantamento no site oficial deste órgão governamental no período de 2018 a 2019.

Desta maneira, o procedimento utilizado para apresentar os dados, pode ser um parâmetro, para se chegar a novos saberes ou ainda, encontrar novos modelos de conceber o cotidiano de uma comunidade de camponeses assentados no PA São Francisco. A fim de cumprir este objetivo, foi necessário seguir caminhos, os quais nos aproximaram do nosso propósito de investigação, recheados de teorias e um entendimento efetivo (MINAYO, 2002), direcionados através de observações, questionários e análises.

Tendo os dados levantados partimos para uma análise crítica das políticas públicas ofertadas no assentamento, e suas implicações quanto ao desenvolvimento e a interação homem-natureza.

2.1 Caracterização da área de estudo

O presente estudo foi realizado no projeto de Assentamento São Francisco, localizado no município de Canutama, sul do estado do Amazonas (Figura 03), pertence a mesorregião Sul Amazonense, microrregião do Purus, com uma população estimada em 15.499, seus limites são Humaitá, Lábrea, Tapauá, Pauini, Boca do Acre e Porto Velho/RO. Possui uma área de 33.642,568 Km². Suas coordenadas: Latitude 06° 32' 02" S; Longitude 64° 22' 59" W; Altitude 55m em relação ao nível do mar.

Canutama é um município do interior do estado do Amazonas, Região Norte do país. A população de Canutama no último censo contava com 12.738 pessoas com estimativa de crescimento para 15.490 pessoas (IBGE, 2017).

É pertencente a região do Médio Purus está situada na zona climática, Segundo Koppen-Geiger pertencente ao grupo **Am** em área de transição climática entre as subcategorias Equatorial (**Am**), e Monções (**Af**). Sua temperatura é em média 26,5°C. Ainda conta com precipitação 2440 mm. Geralmente precipitações são mais frequentes que a evapotranspiração das florestas. Devido a caracterização da subcategoria **Af**, as precipitações acontecem no decorrer do ano.

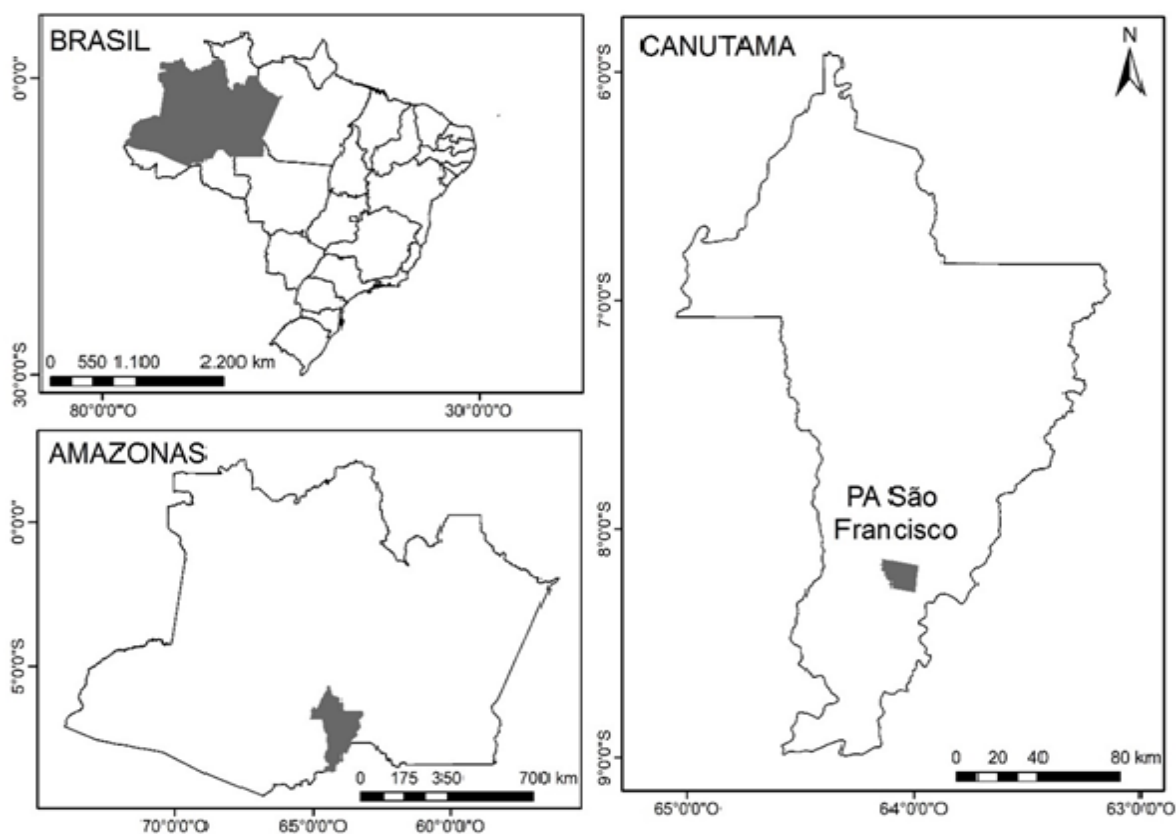


Figura 03: Mapa de localização da área de estudo
Fonte: SILVA, (2018).

Em termos de ocupação do solo, Canutama possui diferentes atividades. Em sua sede municipal e seus arredores, é caracterizada pelo extrativismo madeireiro e não madeireiro, pesca, agricultura familiar e de pequena escala.

Sua dinâmica de ocupação foi influenciada pela abertura da BR 230 - Transamazônica, infelizmente segue as mesmas ações que ocorreram com os demais municípios que se formaram ao longo da rodovia, com atividades exploratórias quanto ao uso da madeira, e a grilagem de terras, principalmente na porção sul do município (WWF, 2017).

Para David (2012), apesar de o município possuir um grande potencial de expansão agropecuária. O fluxo comercial e o escoamento da produção convergentes aos estados de Rondônia e Acre, essas atividades de escoamento comprometem o desenvolvimento da região, e o próprio risco político, pois tende a perder a influência sobre a localidade, como também os efeitos negativos econômicos em termos de percas de oportunidades em geração de renda, e da não arrecadação do ICMS, das atividades relacionadas a pecuária e a extração e beneficiamento da madeira e produtos extrativistas.

O PA São Francisco foi criado em 1992, sob um Programa Emergencial elaborado pelo governo do Presidente Itamar Franco, tentando solucionar a reforma agrária. O presidente ousou em reunir-se pela primeira vez com líderes de movimentos sociais, como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), reconhecendo o movimento sendo o interlocutor legítimo, e como uma das ações foi nomear para direção do INCRA.

Ainda como medida, utilizou-se novamente o procedimento de desapropriação, lançando um Programa Emergencial, que tinha como meta assentar 80.000 famílias, no entanto foram contempladas apenas 23.000 famílias, mas com a política de estabilização da economia (Plano Real), sofreu várias pressões dentro e fora do governo, as quais suprimiram o limitado programa de assentamentos (PEREIRA, 2015). Então na gestão do Presidente Itamar, foram criados 152 projetos de assentamentos, e dentre eles o PA São Francisco (Figura 04).



Figura 04: Entrada do PA São Francisco
Fonte: SANTOS, (2018).

Cabe ressaltar, que o PA São Francisco assim como a maior parte dos assentamentos no estado do Amazonas, foi criado por iniciativa do INCRA e não por uma demanda dos movimentos sociais por terra, como acontecia no centro-sul do país.

Sua regulamentação deu-se em 29 de abril de 1993, sob a Resolução N° 19, denominado Gleba C-1 arrecado e matriculado em nome da União sob o N° 301. Sua

ocupação deu –se em 1995 e hoje possui 217 famílias assentadas (INCRA, 1999), tem uma extensão de 18.120 ha com a capacidade para inserção de 298 unidades agrícolas, compostas pela vicinais São Francisco, Colombo, Igarapé do Colombo, Travessão Mucuí, Jacy, Mucuí e Cajuí.

O PA São Francisco localiza-se a 190 Km do município de Canutama e 56 Km de Porto Velho, capital de Rondônia, o acesso ao Assentamento São Francisco, acontece via terrestre pela BR 319, sentido Humaitá/AM-Porto Velho/RO (Figura 05).

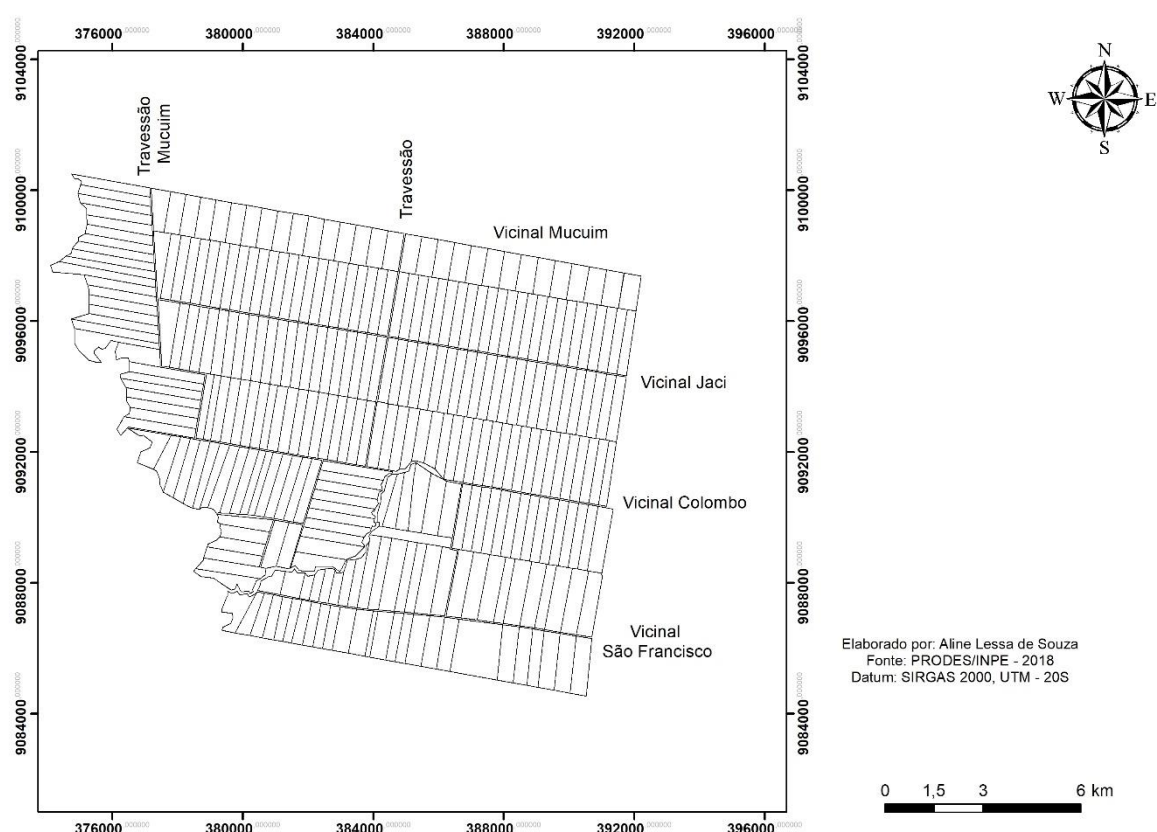


Figura 05: Vicinais do Assentamento
Fonte: INCRA Humaitá, (2019).

Esta pesquisa se pautou sobre a relação de interação entre sociedade local, ambiente e instituições públicas, e foi utilizada a pesquisa qualitativa, que tem como intenção:

A Pesquisa Qualitativa é uma pesquisa que não tem por objetivo imediato a generalização dos resultados obtidos. Nesse tipo de pesquisa, estamos interessados em levantar quais são as possíveis causas do evento observado pelo pesquisador, quais são as relações que determinam o comportamento de um determinado grupo ou sujeito (ROSA, 2015, p. 64-65).

A pesquisa qualitativa evidencia os costumes, comportamentos, praticas diárias, ações e posicionamentos dos camponeses do PA São Francisco. Buscamos retratar a realidade na ótica de diferentes análises, considerações e questionamentos.

Minayo (2016) enfatiza a pesquisa qualitativa levando em conta a interação como:

No caso da pesquisa qualitativa ao contrário do que muitos podem pensar, é fundamental o envolvimento do entrevistado com o entrevistador. Em lugar dessa atitude se constituir numa falha ou num risco comprometedor da objetividade, ela é condição de aprofundamento da investigação e da própria objetividade. Em geral, os melhores trabalhadores de campo são os mais simpáticos e que melhor se relacionam com os entrevistados. A inter-relação que contempla o afetivo, o existencial, o contexto do dia a dia, as experiências e a linguagem do senso comum no ato da entrevista é condição *sine qua nom* do bom êxito da pesquisa qualitativa (MINAYO, 2016).

A pesquisa de campo, realizada em julho de 2018, considerou a representação social por parte dos integrantes das famílias de camponeses assentados, totalizando sessenta (60) famílias entrevistadas, que engloba 28% do universo dos camponeses assentados. De acordo com Ruiz (1991), a pesquisa de campo parte do pressuposto dos fatos presentes no cotidiano da comunidade, resultado da coleta de dados, feitos por entrevistas e questionários, registrando variáveis presumidamente relevantes para análises futuras. Ainda que oficialmente existam 217 famílias assentadas, foi possível observar muitas casas fechadas, já que alguns assentados não residem definitivamente no assentamento, possuindo residência em Porto Velho ou Humaitá.

Os formulários aplicados apresentaram uma divisão de 07 (sete) blocos, dos quais: Bloco 1-Dados de identificação; Bloco 2 – Dados pessoais; Bloco 3 – Informações de Moradia; Bloco 4 – Questões Sociais; Bloco 5 – Questões Ambientais; Bloco 6 – Questão econômica e Bloco 7 – Dados da propriedade.

Bloco 1 - Dados de Identificação: foram descritos o nome da vicinal, data, nome do entrevistador, nº do lote e coordenadas geográficas.

Bloco 2 - Dados Pessoais: informações do entrevistado contendo informações pessoais como: idade, sexo, profissão, escolaridade, estado civil, formação profissional e composição familiar.

Bloco 3 – informações de moradia: foram caracterizados os materiais de construção das residências dos assentados, o desenvolvimento de infraestruturas como acesso à energia elétrica e saneamento básico, ocupação e titulação do lote.

Bloco 4 - Questões sociais: foram abordadas questões como a naturalidade do entrevistado, o tempo de residência no assentamento, assistência técnica do INCRA, como eles se organizam, como é o acesso à educação e saúde dentro do assentamento.

Bloco 5 - Questões ambientais: coletamos dados quanto a origem da água usada para o consumo, forma de tratamento, disposição dos dejetos sanitários e destino final dos resíduos sólidos.

Bloco 6 - Questão Econômica: atividade desenvolvida no lote, comercialização dos produtos, assistência técnica, crédito rural e renda.

Bloco 7 – Dados da Propriedade: Existência de cursos d'água no lote, acesso ao CAR/PRAD, participação no PDA do assentamento.

Convém salientar que este projeto foi submetido ao Sistema Nacional de Ética em Pesquisa Plataforma Brasil (SISNEP), para o registro de pesquisas envolvendo seres humanos. Aprovado com o N° CAAE: 02226218.3.0000.5020.

Ainda de acordo com o Minayo (2016), as etapas de uma pesquisa de campo são pesquisa bibliográfica, determinações de técnicas de coleta, registro e análise de dados. Para uma melhor compreensão e análises dos dados, utilizamos a entrevista como técnica.

A coleta de dados objetivou-se em conhecer a real situação das famílias de camponeses, com a aplicação dos questionários e entrevistas, feitos em cinco visitas ao assentamento, para efetuarmos as abordagens no núcleo familiar, e o local onde acontecia as entrevistas eram escolhidos pelos próprios entrevistados, geralmente era debaixo de árvore frondosa à beira do roçado (Figura 06), ou mesmo nas varandas e cozinhas das residências, com um tratamento bastante amistoso por parte das famílias que nos recebiam. Geralmente a conversa se prologava em média de 1h30min aproximadamente, sempre considerávamos o desimpedimento do entrevistado em nos atender.



Figura 06: Local da entrevista
Fonte: SANTOS, (2018).

Antes de procedermos com a entrevista, a qual dispunha perguntas que davam liberdade ao entrevistado em fazer comentários de sua vivência no assentamento, apresentávamos o Termo de Consentimento de Livre Esclarecido – TCLE, dando a oportunidade de participar ou não de tal pesquisa, o que geralmente alguns faziam questão de participar e ainda chamavam algum vizinho próximo para fazerem suas considerações.

A entrevista semiestruturada foi a técnica que utilizamos para coletarmos dados e informações obtidos, para divulgarmos com fidelidade e rigor científico o tema abordado. Nesse sentido Minayo (2016) conceitua entrevista como:

Entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informação sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador e sempre dentro de uma finalidade. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo (MINAYO, 2016, p.261).

Para Minayo (2016): “É por meio da entrevista também que realizamos pesquisas baseadas em narrativas de vida, igualmente denominadas “histórias de vida”, “histórias biográficas”, “etnobiografias” e história oral”.

No momento das entrevistas pretende-se identificar as formas como os comunitários relacionam-se com natureza, como desenvolvem suas práticas econômicas, pedagógicas, culturais, e como se organizam e como eles veem as políticas públicas direcionadas a eles.

Portanto a relação do homem com o ambiente são uma maneira de o sujeito pesquisado compartilhar seus valores e suas representações com o pesquisador. As entrevistas consistem em através de uma amostragem não probabilística, onde serão ouvidas pessoas com o seguinte perfil, adultas, possuidoras de lotes no assentamento, que exerçam atividades relacionadas ao ambiente como a agricultura e demais serviços.

Os objetivos da pesquisa foram revelados à comunidade a fim de que a mesma possa consentir na sua realização. A escolha da entrevista como técnica se dá pelo fato de permitir rápido acesso aos dados sobre as situações de vida da comunidade, inclusive a dados que a comunidade considera privativos e possibilitar o registro das falas que acompanham o comportamento dos comunitários estudados.

Diante dos objetivos ora estabelecidos, propõem-se acerca do olhar no projeto de Assentamento São Francisco, município de Canutama sul do Amazonas, às margens da BR 319 consistiu no levantamento de informações e estudos a respeito de Políticas Públicas, as quais contemplem infraestrutura, crédito, assistência técnica e conservação ambiental, voltadas ao desenvolvimento econômico, social, cultural, ambiental no assentamento, realizados a partir de uma abordagem crítica, na perspectiva do materialismo histórico dialético difundido por Karl Marx.

O método materialista histórico-dialético caracteriza-se pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento de pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade (PIRES,1997, p.87).

Ainda o materialismo histórico-dialético fundamenta-se em contradição de ideias. A realidade é movimento advindo de contradição. Então Pires (1997) conclui a realidade é contradição, e onde não contradição não há movimento, não há história. Considerar a necessidade em uma perspectiva histórica, para se fazer tal análise crítica e contradições no esforço da pesquisa ser articulada no contexto socioeconômico e político, haja vista que no capitalismo a busca pelo lucro e ou a produção em demasia, são causas de mudanças sociais, políticas e jurídicas se dão ao longo da história ou da realidade.

Para Frigotto (2003), é através da pesquisa alicerçada no materialismo histórico dialético, a qual tem como meta investigar as ideologias dominantes ou os aparelhos reprodutores do estado neste caso as políticas públicas, e assim promover mudanças através de um conhecimento crítico e desse modo alterar e transformar a realidade.

2.2 Análise de dados

Ao termino das coletas de entrevistas e os dados dispostos, foram realizadas as análises descritivas das variáveis encontradas, uma revisão teórico-documental, onde teoria e dados se entrelaçam com a finalidade de organização para analisá-los. Para André e Ludke (1986):

Analisar os dados qualitativos significa trabalhar todo material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos das observações, as transcrições de entrevistas, as análises de documentos e as demais informações disponíveis (LUDKE; ANDRE,1986, p. 45).

Ainda na fase de análise de dados usamos ferramentas do sistema Microsoft como Excel e o Word 2010, utilizados para a formatação de informações levantadas. Como fundamentos para fortalecer a pesquisa, nos deslocamos ao assentamento com a finalidade de aplicar as entrevistas, que foram marcados pelas dificuldades de encontrar os moradores nos lotes, o acesso a esses lotes de foi bastante difícil, tanto pela a distância entre as vicinais, quanto o estado de conservação destas vicinais o que tornou impossível a visitação das famílias em apenas um dia.

Estas visitas nos deram aporte de conhecer o meio de vida, suas dificuldades, sua organização e perspectivas de futuro tanto para elas quanto para o assentamento.

3 Resultados e discussão

A permanência de todo indivíduo em um certo local, depende das circunstâncias e condições favoráveis para ele, como também o bem-estar de sua família (NETO, 2012). No viés de fortalecer ou promover a qualidade de vida, a geração de renda, e evitar o inchaço das periferias das cidades com o êxodo rural nos assentamentos rurais. A busca pelo o desenvolvimento regional os quais não devam girar apenas em torno do desenvolvimento agrícola, mas também promover o desenvolvimento rural, faz-se necessário dar ouvido aos camponeses, e assim criar e implementar políticas públicas de acordo com suas necessidades.

“A falta de respeito às comunidades camponesas é marca de muitos governos e principalmente de corporações” (GRISA E SCHNEIDER, 2015, p. 393).

O respeito às comunidades, corresponde a um desenvolvimento humano, fortalecendo a cidadania. O desenvolvimento agrário em harmonia com desenvolvimento rural e a natureza, pode ser considerado sustentabilidade (GRISA E SCHNEIDER, 2015).

Este desenvolvimento pode ser fomentado a partir de um diálogo e interações, ouve-se as demandas e repassam-se orientações sobre conservação, proteção ambiental, sustentabilidade, geração de renda, ou seja, uma participação democrática no assentamento (OLIVEIRA, 2007). Onde camponeses e instituições caminham e discutem por meios legais, ações a serem desenvolvidas, ou seja, políticas públicas.

A respeito da instalação e implementação das políticas públicas, Ortega (2015), adverte:

No entanto, para que a atuação pública consiga melhoria social, de forma sustentável, numa determinada região, é necessário não só que o Estado combine as estratégias de desenvolvimento, mas também que haja na localidade beneficiada uma forte participação da sociedade civil em torno da política adotada [...] (ORTEGA,2015, p.65).

Logo quanto mais participativa estão camponeses em torno de suas demandas específicas considerando o território e suas particularidades, mais incisivo tende a ser o desempenho da gestão pública naquela comunidade, pois existem comunidades de assentamentos que recebem ou são destinadas as mesmas políticas públicas, e apresentam resultados melhores.

3.1 Questão Social dos Camponeses no PA São Francisco

Após várias visitas efetuadas no assentamento, e seguindo a metodologia utilizando as entrevistas constatou-se que 73% dos entrevistados são do sexo masculino e 27% do sexo feminino. Quanto ao estado civil, 50% são casados, e 28,5% convivem em união estável, os demais estão distribuídos entre viúvos, separados e solteiros.

3.1.1 Educação

Com relação ao grau de instrução os assentados (Figura 07), pode-se verificar o baixo grau de escolaridade associado ao campo, já que na sua maioria ou possuem o ensino fundamental completo ou foram alfabetizados na fase adulta e também nunca estudaram, enquanto uma minoria apresenta o ensino médio.

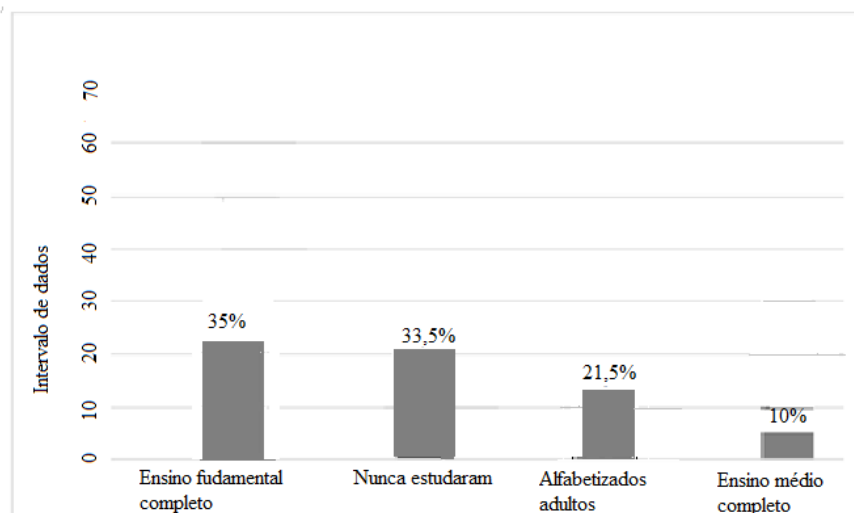


Figura 07: Grau de instrução
Fonte: Autor, (2019).

No projeto do assentamento eram previstas a construção de cinco escolas, destas apenas três foram implantadas, duas oferecem o ensino fundamental, e uma que oferta a Educação de Jovens e Adultos (EJA), no entanto, atualmente apenas duas escolas com o ensino fundamental regular encontram-se em funcionamento (Figuras 08,09,10 ,11).



Figura 08: Escola no Assentamento
Fonte: SANTOS, (2018).



Figura 09: Lateral da escola
Fonte: SANTOS, (2018).



Figura 10: Escola no Assentamento, vicinal Jacuí
Fonte: SANTOS, (2018).



Figura 11: Escola no assentamento
Fonte: CARVALHO, (2018).

A Secretaria Municipal de Educação de Canutama, é a responsável por oferecer a educação no assentamento, mas considerando a posição geográfica e o acesso ao assentamento, pois a sede do município fica a 190 quilômetros e não existe acesso terrestre, fator bem comum em no estado do Amazonas cortado por vários rios e igarapés, geralmente o deslocamento é feito via fluvial através destes rios e igarapés com aproximadamente 22 horas de viagem, em transporte efetuados com motor de popa conhecido na região como voadeira.

Para alguns moradores é um dos maiores empecilhos para o desenvolvimento da oferta de educação, pois o assentamento apesar das proximidades, não pertence nem ao município de Humaitá com acesso pavimentado cerca de 140 quilômetros da sede municipal, nem ao município de Porto Velho, que é ainda mais próximo cerca de 56 quilômetros.

Moradores relataram: “As crianças ficam sem estudar uns três meses no inverno, pois o transporte não acontece devido os atoleiros e aí não tem merenda nem material escolar, se o assentamento fosse de Porto Velho ou Humaitá, acho que facilitaria e as autoridades olhariam por nós” (camponês assentado).

Então um dos entraves é a logística em aguardar a chegada de material didático, merenda e outros materiais de consumo utilizados nas escolas, como por exemplo, quanto ao transporte, peças para o ônibus transitar no verão, que na maioria do ano está parado, sem poder trafegar, pois falta manutenção ou as vicinais estão intransitáveis para tal deslocamento principalmente no período chuvoso bem rigoroso, os atoleiros são paisagens constantes, já na estiagem ficam os sulcos e valas que restaram dos atoleiros.

Resultados semelhantes foram encontrados no trabalho realizado por Miranda (2017), em um Projeto de Assentamento Florestal (PAF) no interior de Rondônia. O que não difere da realidade presente nos demais assentamentos amazônicos.

A maioria dos entrevistados relatou-nos ainda, o risco que os alunos correm, devido a distância entre as vicinais, pois no período que o ônibus está quebrado e com a demora da manutenção do veículo, são os próprios alunos que deslocam com seus próprios meios, utilizando motocicletas transportando os irmãos menores até a escola.

Em uma das falas: “ A gente tem medo porque tem os buracos e a poeira, esses meninos vão e vem de motos, correndo risco de cair ou sofrer um acidente com outros menores, mas é jeito que eles têm de ir à escola” (camponês assentado).

Perguntou-se a respeito da qualidade do ensino oferecido no assentamento, obtivemos as seguintes respostas: dos camponeses que tem seus filhos em idade escolar, 53% acham precário o ensino no assentamento. Enquanto que 13% consideram razoável. Já 8% consideram bom. Dos que não souberam responder ou não quiseram opinar, foram 26% um dos motivos foi não terem filhos, e outros não tem filhos estudando no assentamento (Figura 12). Alguns tem seus filhos estudando em Porto Velho (RO), e nos finais de semana vem ajudar os pais no lote.

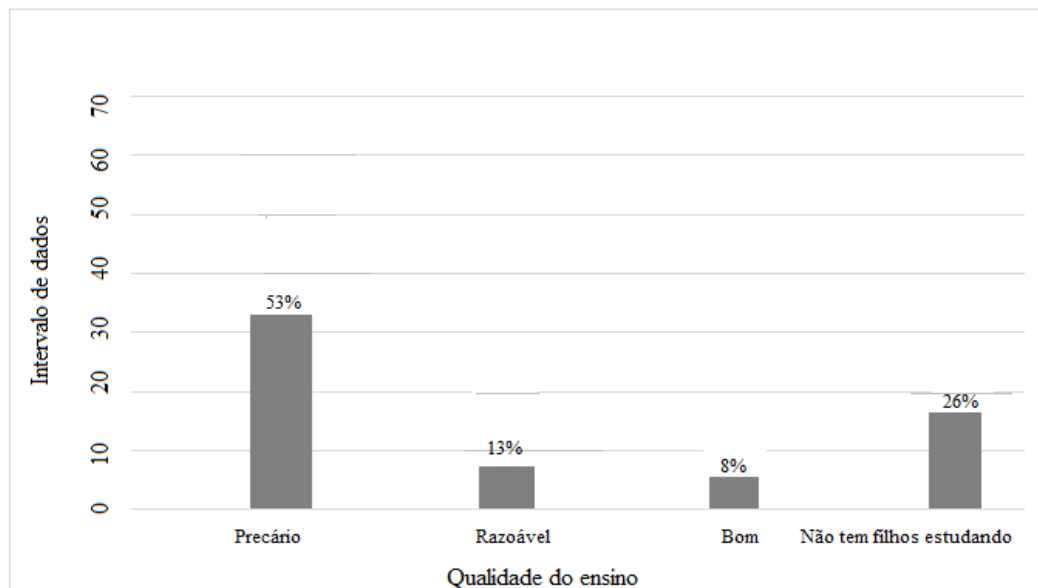


Figura 12: Qualidade de ensino

Fonte: AUTOR, (2019).

Então como a educação pode avançar nesta situação? Para Vendramini (2007):

É necessário compreender que a educação no campo não emerge no vazio, e nem é iniciativa de políticas públicas, mas emerge de um movimento social, da mobilização dos trabalhadores diante do desemprego, da precarização do trabalho e da ausência de condições materiais de sobrevivência para todos (VENDRAMINI, 2007).

Nogueira (2006), ressalta a importância de os assentamentos rurais possuírem escolas, pois são através destes estabelecimentos educacionais, com suas dinâmicas e estratégias, que acontecem a reprodução social e a continuidade da agricultura camponesa.

O governo federal através do Decreto nº 7.352/2010 tem a responsabilidade de criar e implementar meios que garanta a manutenção da educação no campo, com a finalidade de solucionar a desigualdade histórica de acesso à educação, e ainda indicam o enfrentamento de quatro problemas que são: 1. Redução do analfabetismo de jovens e adultos; 2. Fomento da educação básica de jovens e adultos integrado a qualificação profissional; 3. Garantia de funcionamento de energia elétrica, água potável e saneamento básico nas escolas; 4. Promoção da inclusão digital com acesso a computadores, conexão à internet e demais tecnologias digitais. Beneficiando a comunidade escolar e a população próxima as escolas do campo (Brasil, Decreto 7.352/2010). Todos esses princípios destacados no decreto 7.352/2010, são fundamentais para o avanço socioeconômico e ambiental dos camponeses. Mas não acontecem.

Podemos perguntar, na prática como está a política de educação do campo? Que futuro podemos esperar? Quais as práticas podem ser implementadas? Por que ainda incomoda e instiga debates a educação do campo?

A necessidade de uma posição, é mais que necessária um pensamento e uma própria ação que remeta a uma intervenção política, pois são questões da vida concreta. Caldart (2008) parafraseando Emir Sader (prefácio Mézaros, 2005, p.15) ressalta que tanto a natureza quanto o destino da educação no campo, estão amplamente ligados ao destino do trabalho no campo, ou seja, conseqüentemente, dos movimentos sociais, suas lutas em busca de soluções para os projetos que já acontecem para o campo brasileiro, da sociedade brasileira, do mundo sob o domínio do capitalismo.

Ao buscar-se a transformação da realidade, e ao verificar o atual estado que é ofertada a educação do campo, constatou-se a realidade da educação do campo no Amazonas, ou melhor na Amazônia, não difere muito da situação que apresenta a Educação do Campo no cenário regional e nacional. “[...] esta realidade exige posição (teórica sim, mas sobretudo prática, política) de todos que hoje afirmam trabalhar em nome da Educação do Campo” (CALDART, 2008, p. 17).

Faz-se necessário a compreensão, e a importância política e teórica da Educação do Campo, ao longo da história, suas tensões, particularidades e contradições. Sua dinâmica de acordo com o meio, não apenas no território particular da Pedagogia, no entanto a partir da luta pela dignidade, e cidadania também na floresta, que busca sua inclusão já que estamos em um mundo globalizado, por que não globalizar uma educação com qualidade?

É o fazer-se protagonista deste processo:

Na sua origem, o “do” da Educação do Campo tem a ver com esse protagonismo: não é “para” e nem mesmo “com”: é dos trabalhadores, educação do campo, dos camponeses, pedagogia do oprimido... Um do que não é dado, mas que precisa ser construído pelo processo de formação dos sujeitos coletivos, sujeitos que lutam para tomar parte da dinâmica social, para se construir sujeitos políticos, capazes de influir na agenda política da sociedade (CALDART, 2008, p.21).

Compreender o sentido de “rural” para “do campo”, não é apenas uma nomenclatura, mas apresenta avanço de postura qualitativa, ou seja, são atitudes relacionadas a formação, práxis e reflexão, advinda dos movimentos sociais do campo e não do Estado ou outras instituições.

Então baseado no pensamento de Paulo Freire, com novas abordagens, outros questionamentos, lutas, sempre engajado em um pensamento crítico, não aceitando a educação para o campo como modelo único.

É o despertar de uma visão de mundo, de um posicionamento firme dos homens e mulheres com suas histórias de vida, com práticas e experiências imbuídos na necessidade de problematizar e avançar, não apenas requerer um pedaço de chão, mas de garantias dos direitos, dos quais o educacional (ROSSI E GIORGI, 2014).

A partir da existência de luta, na vida produtiva, os homens e mulheres se educam, no entanto, também precisam se articular a outras esferas, para que sua percepção crítica possa ser enriquecida e a ação transformadora possa congrega outros sujeitos e se territorializar em outros contextos (Rossi; Giorgi, 2014, p.661).

Camponeses que ao longo dos anos foram deixados de fora de uma educação para liberdade. De acordo Rossi e Giorgi (2014), no sentido de desmistificar projetos educacionais do campo e para o campo trazem a luz um comparativo entre Educação do Campo e Educação para o Campo (Figura 13):

Educação do Campo	Educação para o Campo
Interesses a partir dos: movimentos sociais, populações do campo, movimentos sindicais.	Interesses a partir de: grupos privados ligados ao agronegócio, políticos que apoiam esse modelo de desenvolvimento agrário.
Campo enquanto: território, lugar de cultura, saberes, da diversidade e da vida.	Campo enquanto: local e matriz para a produção para abastecer o mercado externo; paisagem homogênea; não há vida.
Perspectiva educacional: Fundamenta-se na preocupação da formação humana, com a emancipação e a consciência crítica, coletiva e atuante, a partir da mobilização da Pedagogia do Oprimido, objetivando a libertação de toda sociedade. Tem por base a teoria da ação dialógica ¹ .	Perspectiva educacional: meio para capacitar tecnicamente os trabalhadores camponeses para atender as demandas do capital. Estimula a competição, o empreendedorismo, o individualismo e dissemina suas ações através de “marketing empresarial”. Trabalha na prática enquanto uma “educação bancária” como apontada pela crítica freireana, visando através deste tipo de educação manter a subordinação do camponesinato. Se baseia na teoria da ação antidialógica.
Modelo de desenvolvimento agrário: Agricultura camponesa, produção de vários gêneros alimentícios em pequenas propriedades, preocupa-se com o mercado interno, não utiliza agrotóxico nem sementes modificadas, trabalha com a ideia de “soberania alimentar”.	Modelo de desenvolvimento agrário: agronegócio, produção de monocultura, dependência ao mercado internacional, alto nível de mecanização da produção, se utiliza de transgênicos e agrotóxicos, visa a maximização do lucro e a exploração da classe trabalhadora, trabalha com a ideia de “segurança alimentar”.
Paradigma da questão agrária²: acredita que o capitalismo em seu desenvolvimento desigual e contraditório cria, diferencia e recria o camponesinato. Discute perspectivas de superação da insustentabilidade e das desigualdades geradas pelo agronegócio.	Paradigma do capitalismo agrário: não discute as desigualdades sociais e não apresenta soluções e/ou reflexões para sua superação. Estimula o ensino técnico profissionalizante.
Gestão educacional e políticas públicas: tem como objetivo estimular a participação	Gestão educacional e políticas públicas: exclui a participação das populações do campo, reforçando assim o

das populações do campo na elaboração de tais iniciativas, trabalha com o sentido grego clássico de <i>política</i> (CORTELLA; RIBEIRO, 2010). Reconhece e respeita o território camponês, instiga a mobilização e resgata a visão da totalidade das injustiças presentes no modo de produção capitalista.	conceito de <i>idiótes</i> . Estrutura-se na gestão empresarial da educação, apoia a meritocracia e a privatização do ensino e não reconhece o campo como território.
AGRI – CULTURA (FERNANDES, 2004).	AGRO - NEGÓCIO

Figura 13: Comparativo Educação do Campo e Educação para o Campo
Fonte: ROSSI; GIORGIO (2014).

De maneira sucinta no quadro acima, é ressaltada as diferenças e estratégias político-pedagógicas. Perceber estas características distintas, são fundamentais no intuito de interpretar, as verdadeiras intenções, e falas dos grupos que almejam a dominação dos camponeses, como também subjugar os movimentos sociais, que em sua essência, promovem a autonomia e a liberdade afins de adquirir justiça social e uma melhor qualidade de vida.

Como políticas públicas para educação do campo, em 1998 o governo brasileiro sob a presidência de FHC, através do INCRA implantou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. De acordo com INCRA (2019), este programa tem como finalidade apoiar projetos e iniciativas de instituições públicas das esferas estaduais e municipais.

O público alvo são jovens e adultos assentados pelo INCRA, como também quilombolas, além dos beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário o PNCF. Em se tratando da Educação de Jovens e Adultos (EJA) o programa oferece as modalidades de alfabetização e o ensino fundamental, é aberto a participação de camponeses acampados e trabalhadores rurais legalmente cadastrados no INCRA. No entanto, no assentamento São Francisco esta política deixou de acontecer no PA São Francisco.

3.1.2 Infraestrutura

Políticas públicas voltadas para a infraestrutura (estradas, saneamento básico e energia elétrica) nos assentamentos rurais asseguram a efetividade da reforma agrária e a permanência com um mínimo de qualidade no campo para o camponês.

Qualidade essa que pode ser aferida através da disponibilidade de água nos assentamentos. Verificou-se que a disponibilidade de água para uso e consumo no PA São Francisco, de acordo com as respostas dos assentados são: 21% possuem poços artesianos,

6,6% utilizam água do riacho e igarapés, 62% utilizam o poço raso, e 1,6% usam a cacimba e 10% utilizam outros meios.

Um fato interessante e louvável, é o compartilhamento de algumas famílias do poço artesiano com seus vizinhos, alguns dos moradores foram os próprios que cavaram os seus poços, pois possuem habilidades práticas para fazerem poços rasos e cacimbas (Figuras 14, 15), contribuindo assim como fonte de renda, já que é praticamente impossível viverem apenas do excedente da produção agrícola comercializada por atravessadores, ou nas feiras da cidade de Porto Velho.



Figura 14: Poço Raso no assentamento
Fonte: NUPEAS, (2014).



Figura 15: Poço raso
Fonte: NUPEAS, (2014).

A respeito do tratamento da água no assentamento, é utilizado o hipoclorito de sódio, distribuído pela agente municipal de saúde. Isto demonstra a preocupação dos assentados em efetuarem um tratamento da água para o consumo, e assim previnem e buscam uma qualidade de vida.

Para Nascimento (2016) diante das dessas diversidades e práticas efetuada pelos assentados, indicamos intervenções tecnológicas viáveis, dentro da realidade dos assentamentos rurais, ou todo o campo que ainda não são atendidos pelas políticas públicas que falam de equidade, mas que infelizmente ainda não acontecem efetivamente.

Sobre o destino de dejetos humanos, as fossas negras são utilizadas em 30% das moradias, 65% usam fossas secas, e 5% utilizam outras formas.

Esse problema se evidencia no cenário brasileiro, conforme Peres et al (2010), apenas 3,4% do esgoto sanitário em residências dos brasileiros recebe algum tipo de tratamento, apenas uma pequena porcentagem de domicílios tem uma destinação adequada.

Diante de tal situação, com vistas ao fortalecimento do conhecimento agroecológico, uma parceria entre um grupo de camponeses do assentamento e a Universidade Federal do Amazonas, através do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ambiente, Socioeconomia e Agroecologia – NUPEAS. Desenvolveu junto aos moradores, na sede da associação (Figuras,

16,17), um sistema de fossa séptica biodigestora, a serem utilizadas em suas residências no intuito de diminuir os impactos ambientais e proporcionar melhoria da qualidade de vida (Figuras,18,19,20,21).



Figura 16: Sede da Associação do PA São Francisco
Fonte: NUPEAS, (2018).

Contudo a fossa biodigestora chega como uma excelente alternativa, trazendo benefícios, por ser uma tecnologia que permite o uso agroecológico para manuseio adequado de excrementos de habitações individuais, principalmente às pessoas que vivem na zona rural. Assim a fossa biodigestora chega como uma excelente solução ao tratamento e a destinação final dos resíduos sanitário em áreas rurais, podendo ser adaptada de acordo com a quantidade de pessoas que dela irão usá-lo podendo atender tanto às residências, quanto as escolas e associação de moradores (RODRIGUES, et al, p. 7, 2018).



Figura 17 – Material para confecção da fossa biodigestora
Fonte: NUPEAS, (2016).



Figura 18: Instalação da fossa biodigestora (1º passo)
Fonte: NUPEAS, (2016).



Figura 19: Instalação da fossa biodigestora (2º passo)
Fonte: NUPEAS, (2016).



Figura 20: Instalação da fossa biodigestora (3º passo)
Fonte: NUPEAS, (2016).



Figura 21: Instalação da fossa biodigestora (4º passo)
Fonte: NUPEAS, (2016).

Ao perguntarmos sobre o destino de resíduos sólidos produzido nos lotes, usam-se ainda a prática de enterrar ou atear fogo, apenas um morador recolhe e embala os resíduos e quando vai à Porto Velho, deposita no local adequado para que a empresa responsável pela limpeza urbana recolha.

Mattei (2016), ressalta que ao se pensar em desenvolvimento rural e agrícola é necessário atentar-se para o oferecimento de serviços estruturais elementares como acesso à educação, saúde, água potável, saneamento básico, moradia, eletrificação, transporte para escoamento de produção e acesso ao crédito. Estas políticas públicas são essenciais aos projetos de assentamentos que priorizem o desenvolvimento do espaço local e assim fixar o homem no campo oferecendo ao mesmo dignidade.

Em conformidade com as entrevistas observou-se que a maioria dos entrevistados residem há mais de 10 anos no PA São Francisco. E ainda verificou-se famílias assentadas recém chegadas (Figura 22), no entanto 58% dos entrevistados não são os primeiros moradores do lote, denotando uma rotatividade nos lotes e baixa permanência, o que pode estar relacionado com a falta de políticas públicas que garantam a permanência das famílias.

3.1.3 Rotatividade dos assentados

A rotatividade de beneficiários no assentamento contribui para que não haja a fixação do homem no campo e, com isso, o projeto de assentamento deixa de cumprir o seu objetivo principal, que é de promover a justiça social e pode estar contribuindo para a conversão de floresta em outros usos.

A evasão nos assentamentos rurais amazônicos, é uma realidade já observadas em vários estudos, conforme salienta Ribeiro et al (2011). Ainda Melo (2006), destaca que são famílias sem vínculo com a terra, não são camponeses. Alguns tem pouca ou nenhuma experiência com atividades agrícolas e o modo de vida rural. Desta forma trabalhos que investiguem esta relação são cada vez mais necessários como uma maneira, também de contribuir para o entendimento e a participação dos projetos de assentamento do INCRA para a fixação na região amazônica, sem tornar a terra apenas um modo especulativo de geração renda nesta região com pastagem (SILVA, 2010).

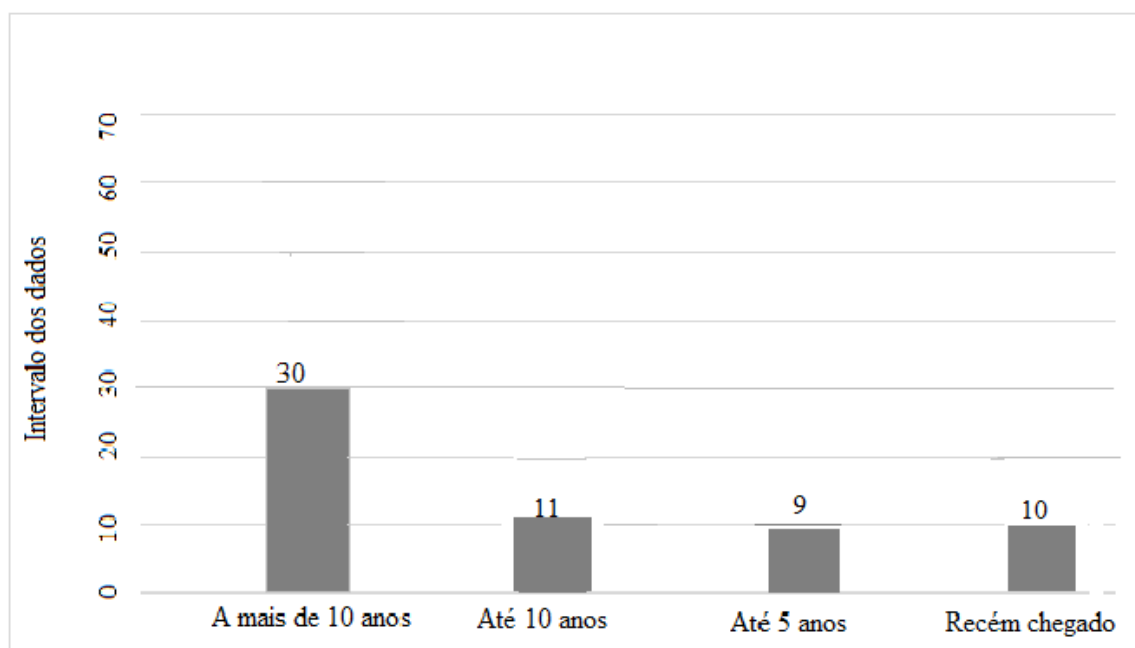


Figura 22: Tempo de residência no assentamento
Fonte: AUTOR, (2019).

Ao buscar o desenvolvimento de atividades como a agricultura, diretamente ligada a reforma agrária nos assentamentos, é notório que o tempo de residência é fundamental, pois são através destas atividades que se caracteriza, a continuidade de uma família permanecer em seus lotes. É considerar obter o provimento econômico e social para sua família nos lotes dos camponeses assentados.

Quando não se tem a segurança de suprir o mínimo necessário à família, busca-se alternativas em outros locais. Talvez a alternância e rotatividade dos lotes, esteja relacionada com a ausência de condições básicas para a permanência do camponês, como as dificuldades e a demora da obtenção do título definitivo da terra, o transporte para o escoamento da produção, com o péssimo estado das vicinais, principalmente no período chuvoso da região, como também o acesso à educação, saúde, geração de renda, financiamentos e assistência técnica.

Em termos de políticas públicas que possam fixar o homem na terra, diminuindo a rotatividade nos assentamentos, pode-se considerar o fortalecimento dos aspectos socioeconômicos e ambientais, através da titulação do lote. A legalidade do lote através de sua titulação, traz um sentimento de posse da terra, o que ainda é um atrativo para fixação do camponês.

3.1.4 Titulação da terra

Talvez a insegurança da perda do lote para grileiros, ou a própria segurança em dispor de um patrimônio. Em termos legais quando o camponês, torna-se um beneficiário da reforma agrária dentro de projeto de assentamento, antes de obter a titulação definitiva da terra, o INCRA, transfere ao beneficiário o Contrato de Concessão de Uso (CCU), o qual transfere o imóvel rural de forma temporária, dando garantias quanto ao acesso e uso da terra, como também aos créditos disponibilizados pelo INCRA, e as demais políticas públicas, ou seja, os programas oferecidos pelo Governo Federal.

O título da terra, ou o Título de Domínio é o mecanismo que transfere o imóvel rural ao assentado de forma definitiva. É garantido através da Lei 8.629/1993, após a verificação do cumprimento das cláusulas do CCU, então o assentado já tem condições de cultivar a terra e de pagar o Título de Domínio em 20 (vinte) parcelas anuais (INCRA, 2014).

Ao perguntarmos aos entrevistados, quantos não possuem a titulação do lote, obtivemos a seguinte resposta, 75% dos assentados não possuem o título. Alguns assentados ficam sem entender o porquê emperram na burocratização, como também muitas vezes na própria documentação pessoal, sendo que alguns já residem nos lotes a mais de dez anos, então o que falta para emancipá-los?

Um outro questionamento foi feito quanto a maneira que os assentados obtiveram os lotes, haja vista ser um projeto de assentamento, e neste sentido o lote dos beneficiários não pode ser vendido, trocado, alugado, arrendado, doado ou emprestar suas terras a terceiros, sem que tenha nas mãos a escritura do mesmo (INCRA, 2019).

Então quando perguntados a grande maioria 76,6% obteve através da doação pelo INCRA, ou seja, se enquadravam dentro do perfil para aquisição do lote. Os restantes responderam que foram obtidos por troca, compra, programa Terra Legal, e alguns não souberam responder. O intrigante é que alguns mesmo com mais de 10 anos no assentamento, ainda não possuem a titulação.

Sendo que para o INCRA o principal alvo, é promover autonomia aos assentados, é consolidar os camponeses, e proporcionar aos assentamentos uma independência do governo, como também integrá-los ao sistema de agricultura familiar para promoção de renda e desenvolvimento socioambiental. O que pensam os movimentos sociais a respeito? De acordo com o MST, o qual defende o Contrato de Concessão de Uso. Pois de acordo com MST, este contrato cujo termos não permite a venda, alienação, hipoteca ou a transferência da propriedade, gera uma segurança quanto às pressões do mercado imobiliário, principalmente nas áreas de expansão da fronteira agrícola (MST, 2012).

Logo estes termos do contrato, proporcionam uma segurança jurídica, pois a regularização dos lotes, serve para legalizar os assentados irregulares, os quais não se enquadravam no momento da seleção de acordo com os moldes da política de reforma agrária. Desta forma confere a utilização daquela área um aspecto de exploração e conservação de uso harmônico do ambiente, garantindo-lhe a produção de alimentos e soberania alimentar (MUCHAGATA, 2004).

A importância e a garantia de ter a terra titulada para os camponeses assentados, denota uma cidadania às famílias, pois esta titulação oferece mecanismos norteadores, como direitos e deveres aos participantes do processo de reforma agrária, abrangendo o poder público representado pelo INCRA, e dos próprios beneficiários, representados pelos camponeses assentados.

Então para o fortalecimento da transparência, e da política de reforma agrária, pois é tamanha a sua importância, o INCRA disponibiliza em seu portal uma lista pública de beneficiários, este processo acontece desde 2001, em cada superintendência regional, o qual confere publicidade ao processo de emissão de títulos de domínio e a concessão do uso dos lotes nos assentamentos criados pelo Governo Federal.

Ao perguntarmos: O que precisa no assentamento para um melhor desenvolvimento? Foram listados alguns dos fatores acima descrito, onde moradores mais antigos e os recém-chegados relataram sobre as dificuldades em se manter a família com dignidade, ou seja, dar uma melhor qualidade de vida, possivelmente são causas do abandono do lote.

3.1.5 Evasão, fixação e retorno a outros assentamentos

Para Grisa e Schneider (2015), os resultados decorrentes da distribuição de terra, nas últimas três décadas, colabora em incitar as discussões políticas, alicerçadas em dados de pesquisas, quer para apresentar os benefícios da política de assentamentos, quer para indicar a fragmentação e a evasão dos lotes e, conseqüentemente, insuficiência em matéria de proporcionar uma melhoria na qualidade de vida à comunidade do assentamento.

Eles se tornaram o centro das disputas em torno dos significados e possibilidades da reforma agrária e, ao mesmo tempo, ponto de partida para novas experiências e demandas (saúde, educação, formas de produção sustentáveis, produção de alimentos saudáveis, valorização de práticas e costumes locais que vem abrindo portas para uma valorização rural (GRISA E SCHNEIDER, 2015, p.350).

As dificuldades de manter uma família unida no campo colaboram para o abandono por parte de alguns integrantes da família, onde os filhos mais velhos dos beneficiários, se deslocam para a cidade em busca de dias melhores, quebrando o vínculo familiar, principalmente na mão de obra para o fortalecimento da agricultura familiar.

É um duro golpe para o núcleo familiar, pois depois de separados, no intuito de preparar-se para uma vida com melhores condições através dos estudos, os jovens, ocasionalmente retornam, apenas com visitas esporádicas, já não tem ou melhor perderam o vínculo com os costumes do campo contribuindo assim para o êxodo rural. Um aspecto bem presente do abandono do campo no Brasil.

Pode-se ressaltar que a maioria dos camponeses, gostariam de permanecer nos lotes com suas famílias, mas conforme a fala de alguns entrevistados, não tem como sustentar a família, apenas do que se produz, muitos são recém-chegados o lote ainda está no início, não recebeu nenhum fomento ou crédito. Neste sentido, o lote passa a ser um local de resistência das famílias, as quais apesar de as dificuldades lutam por manter a união e a esperança em dias melhores.

Logo faz-se necessário políticas de incentivo ao crédito nos anos iniciais de assentamento, pois estas ações irão apoiar ou melhor darão condições mínimas para a permanência do homem no campo.

O abandono dos lotes é uma constante na Amazônia Legal:

“Assim, na Amazônia, a taxa de abandono de lotes é superior à média nacional: 30% em média podendo chegar a 40% em Mato Grosso e mais de 60% no Pará (INCRA; FAO, 2001)”.

O interessante que mais tarde alguns desses camponeses retornam a outros assentamentos na própria região, para Martins (2000), o retorno ciclicamente pela procura de

terra oferecida pela reforma agrária, geralmente ocorre em decorrência do mau gerenciamento dos agentes de desenvolvimento governamentais, dos órgãos responsáveis, ou do excesso de burocracia, são um dos motivos desta alta taxa de abandono das terras, fruto da distribuição de terras em anos anteriores.

As causas desses fatores ainda não são bem claros, não obstante com resultados de falhas técnicas, advindos desde o período militar, ou anteriormente executados por agentes responsáveis pela reforma.

Essa deficiência no gerenciamento e fatores alheios a nós, como exemplo a opção de disponibilizar terras inapropriadas para o desenvolvimento da agricultura, como alguns camponeses com maiores experiências no trato da terra relatam.

Fala do camponês: “É uma terra pobre, precisava de um calcário e a disponibilidade um maquinário que fizesse a aração da terra nos lotes, uma ou duas horas de serviço, pois não temos condições de contratar um trator” (camponês assentado).

Existe uma necessidade constante de um acompanhamento técnico, contudo não podemos impor aos técnicos tais responsabilidades, pois existe as dificuldades de logística e própria carência de pessoal especializado e recurso humanos para suprir a área que compete a SR 15 do INCRA.

Esta e outras demandas, fazem com que a migração de assentamento em assentamento aconteça com frequência, logo tem a necessidade da criação de outros projetos de assentamentos, que ao se pensar que é um problema estrutural, quando na verdade são advindos de problemas sociais. Nesse sentido Martins (1999), ressalta:

Isso nos põe diante de circularidade de demanda por novos assentamentos que tira da reforma agrária seu caráter extraordinário e a repõe e vai repor continuamente como um problema social com aparência de problema estrutural, com característica de um confronto radical que questiona tanto o Estado quanto a própria sociedade. Portanto, um problema que se tornou rotineiro, de emprego e de reincorporação contínua ao processo produtivo, através da redistribuição de terras, dos que por eles foram descartados (MARTINS, 1999, p. 125).

Martins (1999) acreditava que o Estado sob a gestão do presidente FHC, caminhava para uma política fundiária de institucionalizar e reconhecesse e assegurasse a importância social da agricultura familiar na sociedade e no mercado. “Tudo indica que estamos em face de um esforço político para pôr um garrote nos mecanismos de expulsão e de exclusão das populações rurais” (MARTINS, 1999, p.125).

Talvez o prazo seja ainda mais longo do que se imaginava, pois já se tratando do PA São Francisco, passaram-se vinte anos, com governos e concepções que se opunham claramente a política agrária do passado, mas ainda perduram tais deficiências e demandas.

A maioria dos entrevistados foram unânimes em concordar que uma das maiores deficiências, é o transporte ou seja, a conservação e o tráfego nas vicinais (figuras 23,24).

Conforme a fala do assentado: “Nós temos perdido bastante a produção no inverno, pois o estado dessas vicinais não ajudam, não tem como levar toda a produção à cidade, às vezes até produz bastante, mas não tem como sair e acabamos perdendo” (Camponês Assentado).



Figura 23: Conservação da vicinais
Fonte: SANTOS, (2018).



Figura 24: Ponte na vicinal
Fonte: SANTOS, (2018).

Ainda a respeito de transporte e o escoamento da produção que não acontece principalmente no inverno, o acesso à educação das crianças do assentamento fica comprometido, geralmente as aulas acontecem no período que cessam as chuvas cerca de seis ou sete meses devido os reparos do ônibus e o próprio deslocamento para a cidade, quando se vai em busca do tratamento de doenças ou casos mais urgentes quando ocorre um acidente.

É fundamental uma reflexão para uma ação, levando em conta as condições de vida, dos assentados, a esperança não pode vir apenas no sentido de distribuir a terra, são necessárias novas atitudes, que ajudem a permanecer nos lotes, sem a pressão do agronegócio, em se tratando de um local dentro do arco de desflorestamento.

Quando perguntados sobre o início do assentamento e o que os levou a permanecerem, os moradores que ainda residem no assentamento desde do início responderam (Figuras 25,26):

“No início não tinha estrada, era apenas uma picada, um caminho que nós mesmo abrimos, chegávamos aqui de bicicleta, e quando chovia colocávamos a mercadoria nas costas e depois voltávamos no dia seguinte para pegar a bicicleta” (Primeiros Moradores).

Haja vista a vontade do camponês em obter sua terra e o sustento, para ele e sua família, o torna resiliente e perseverante. Características bem comum aos que se embrenharam na floresta amazônica, com todos desafios enfrentando doenças, falta de transporte, o clima com temperaturas bem elevadas, chuvas torrenciais e o próprio abandono por parte do Estado.



Figura 25: Primeiros moradores
Fonte: SANTOS, (2018).



Figura 26: Moradores Pioneiros desde 1992
Fonte: SOUZA, (2018).

Em relação ao tipo de moradia, constatou-se que 93% tem suas casas de madeira, e 7% de alvenaria, apresentando condições mínimas de conforto (Figuras, 26, 27).



Figura 27: Casa de madeira
Fonte: SANTOS, (2018).



Figura 28 Casa de alvenaria
Fonte: SOUZA, (2018).

3.1.6 Eletrificação e geração de renda

No atual momento que as tecnologias fazem parte cada vez mais do nosso cotidiano, ainda existe a necessidade básica do fornecimento de luz elétrica, com o aumento da potência e a expansão das redes distribuidoras, pois além do conforto com utilização eletrodomésticos nas residências, facilitaria o armazenamento e processamento da produção excedente, haja vista nem todos os moradores possuírem transporte próprio para encaminharem a produção às feiras e supermercados das cidades, e os que possuem transporte, muitas vezes ficam impedidos de utilizá-los devido as condições precárias das vicinais.

Quanto a infraestrutura de eletrificação no PA São Francisco, 90% dos assentados possuem luz elétrica fornecida pela Eletrobrás Amazonas Energia, advinda do Programa Luz para Todos.

O restante dos assentados que ainda não dispõem de energia elétrica, são moradores que de acordo com a resposta deles próprios, por morarem em vicinais de difícil acesso (Figura 29), principalmente no período chuvoso, não tem como o serviço ser oferecido, mas existe uma promessa que assim que melhore o acesso às vicinais, serão retomados os serviços de expansão da rede elétrica, como também a qualidade, pois frequentemente existe queda e falta de energia, inclusive no ato da entrevista era um momento que estava sem energia elétrica.



Figura 29: Lote sem eletrificação
Fonte: Carvalho, (2018).

O Governo Federal com vista a diminuir a pobreza no país, implantou em 2003, como políticas públicas destinadas às populações rurais, sob a gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, instituiu o Programa Luz para Todos, o qual mais tarde faria parte do pacote de obras denominado Programa de Aceleração do Crescimento o PAC.

De acordo com o Ministério do Planejamento o PAC, foi criado em 2007 tendo como meta, promover a retomada do planejamento e execução de obras de infraestrutura, cunho social, urbana, logística e energética brasileira, apoiando o desenvolvimento sustentável

O programa Luz Para Todos, foi implantado no PA São Francisco em setembro de 2010, já fazendo parte da segunda meta do PAC e coordenado pelo Ministério das Minas e Energia, e operacionalizado pela Eletrobrás. O Luz para Todos, tem a finalidade incluir os moradores das áreas rurais, como: camponeses indígenas, quilombolas, ribeirinhos a utilização dos serviços de energia elétrica, serviços como a extensão da rede e distribuição.

De acordo com o Censo do IBGE, no ano 2000 existiam dois milhões de domicílios rurais, que não recebiam serviços de luz elétrica, ou seja, aproximadamente eram 10 milhões de pessoas sem acesso a esse serviço público, e totalizavam aproximadamente noventa por cento de famílias que viviam com uma renda inferior a três salários mínimos.

Por força do Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011, instituiu o Programa “Luz para Todos que seria estendido de 2011 para 2014, e mais tarde prorrogado pelo Decreto nº 8.387, de 30 de dezembro de 2014, até o ano de 2018 e mais recentemente prorrogado até 2022, conforme o Decreto nº 9.357 de 27 de abril de 2018.

Para Pazzini (2002), é necessário o reconhecimento de que a disponibilidade de luz elétrica é um direito básico, o qual deva ser provido sem distinção ou privilégios. Em um país que as desigualdades econômicas e sociais é um fato. Grande parte da sociedade não dispõe de tais serviços.

O Luz Para Todos, é uma iniciativa do Governo Federal que foi referência para outros países, pois sua ação corretiva era o de transformação da realidade de uma região que não dispunha dos serviços básicos, a mudança poderia vir através da inserção de luz elétrica nas comunidades rurais, no intuito de alavancar uma série de eventos positivos, dentre ele: melhorias na saúde, educação, trabalho, lazer e etc.

Conforme Cardoso et al (2013):

As localidades precisam possuir, primordialmente um conjunto de atividade básicas, ou motoras, para promover o crescimento local e regional e posteriormente, o desenvolvimento. Para isso, necessita-se que esteja disponível o capital financeiro, humano e serviços públicos essenciais: saneamento, saúde, comunicação, rede de transportes e outros (Cardoso et al, 2013, p.121).

Dos fatores descritos, os quais são primordiais e favorecem o desenvolvimento, a energia elétrica em locais quase nulos em termos de produção, é uma força geradora necessária ao desenvolvimento. Pois é uma alternativa para o aparecimento e estímulo de novas frentes de produção local.

Ainda para Cardoso et al (2013), em alguns pontos do Norte e Nordeste, alguns serviços essenciais, ainda não aconteceram é notório que existe uma demanda para alimentação, saúde, educação, transporte, comunicação, saneamento e outros. Não é difícil afirmar que mesmo suprimindo a necessidade da eletrificação, não é apenas esta ação que resolverá o desequilíbrio social entre o campo e a cidade, principalmente no Norte e Nordeste do país.

Os camponeses do assentamento São Francisco em geral sobrevivem da agricultura familiar, e da criação de animais. (Figura 30).

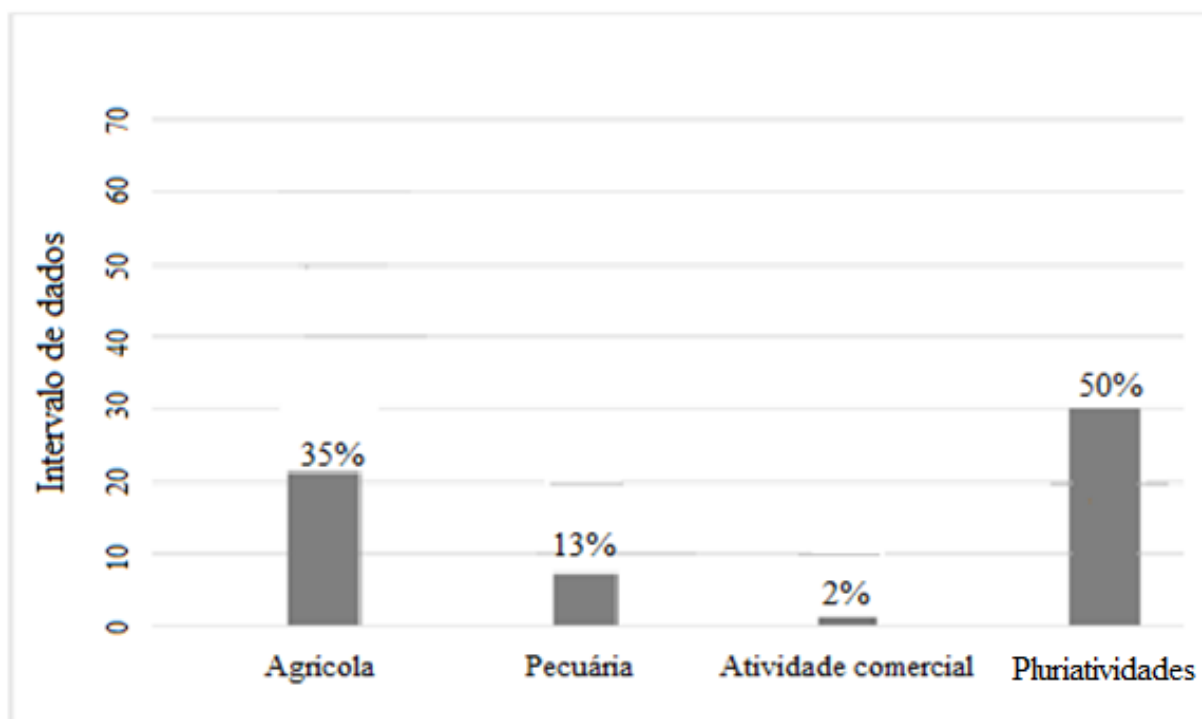


Figura 30: Atividades econômicas
Fonte: AUTOR, (2019).

O excedente da produção é comercializado, no intuito de adquirir produtos básicos não produzidos no lote, como medicamentos, vestimentas, ferramentas. É comum também aos assentados, fazerem a reserva de um recurso para utilizarem quando os mesmos necessitam ir à cidade.

Atualmente além da produção de mandioca, e seus derivados, algumas famílias estão cultivando a banana, o guaraná, o urucum para produção do colorau, e a pimenta do reino (Figura 31).

Como também frutas e hortaliças, animais domésticos como galinhas, perus, porcos, patos e alguns com uma situação um pouco melhor possuem bovinos. Destacamos ainda o início da piscicultura, por duas famílias, um mercado em expansão e promissor no sul do Amazonas e no interior de Rondônia.

Conforme Leite e Ávila (2004), a obtenção de renda proveniente do rendimento da produção agrícola em assentamentos rurais, nas propriedades dos assentados, tem sua parcela de contribuição, talvez uma das mais forte como o autoconsumo, garantido o sustento familiar e reduzindo o risco de evasão dos agricultores familiares dos seus lotes.



Figura 31: Preparação do roçado para o plantio
Fonte: CARVALHO, (2019).

Ao perguntarmos sobre as maiores dificuldades com respeito à geração de renda, a maioria respondeu, que o principal problema é a escoação da produção. Isto leva a comercialização entre os próprios assentados, como também a chegada de atravessadores com melhores condições de transporte, negociam pagando um preço bem abaixo do mercado. Conforme a fala do morador:

Às vezes a gente até faz uma boa colheita, mas se for no inverno, a dificuldade é imensa para levar nosso produto para feira, a gente não tem um transporte adequado para enfrentar esses atoleiros, então temos que vender aqui mesmo ou quando vem gente da cidade, se a gente não quiser perder vendemos por um preço mais baixo (Camponês assentado).

Logo o péssimo estado de conservação das vicinais, influencia para um melhor aproveitamento do que se tem produzido e até desestimula novas culturas, pois impede a chegada da produção bem mais barata ao consumidor em potencial nas feiras e supermercados da capital de Rondônia.

Apenas a produção de subsistência, não tem suprido as necessidades e o sustento dos camponeses assentado e tem dificultado o sustento da família, principalmente os recém-chegados. O que tem gerado o êxodo rural, e uma nova dinâmica acontece, a procura de outros serviços além da agricultura, em lotes do assentamento. Serviços como de pedreiros, carpinteiros, mecânica, roçador e o comércio, tem servido de complementação de renda.

Essa alternativa de suprir o sustento, denominada como pluriatividade, onde nem todos os membros da família se dedicam as atividades agrícolas.

Essa forma de organização do trabalho familiar vem sendo denominada pluriatividade e refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção (SCHNEIDER, 2003).

Estudos clássicos de autores como Kautsky e Chayanov como uma das primeiras referências, denominando “trabalho rural acessório e a “outras atividades não-agrícolas”, são formas dos camponeses terem uma inserção na economia e obterem renda (SCHNEIDER, 2003).

O desempenho dessa pluriatividade para complementação de renda, dar-se em virtude da proximidade à cidade de Porto Velho, alguns se deslocam para a cidade em busca de trabalho, passando a semana inteira na capital de Rondônia, e retornando aos finais de semana aos lotes.

Ouvimos relatos onde citam que até gostariam de permanecer apenas no lote, mas não tem condições de se manterem suas famílias, apenas com o que se produz, principalmente os recém-chegado, como o lote ainda está em formação, muitas vezes esses deslocamentos causam muitos desconfortos e risco, pois muitas vezes é o pai ou a mãe que estão na cidade tendo que deixar seus filhos menores, já quando é toda família, tem o risco de retornar ao lote, e o mesmo está invadido, pois as pressões devido o lugar estratégico como fronteira agrícola em expansão, e a própria localização geográfica, tornam pressões latentes no assentamento.

Nascimento et al (2005), ressaltam em seus estudos efetuados que no Nordeste a pluriatividade cresce, mas combina proletarização com pobreza, pois os mesmo não alçam a linha acima da pobreza, enquanto que no sul, existe um declínio da pluriatividade como também da agricultura familiar, as mesmas só poderão avançar se as políticas públicas promoverem não apenas o fomento de oportunidades no entorno das áreas rurais, mas também o incentivo ao retorno da agricultura familiar, pois o processo acelerado de modernização de atividade agrícolas dos pequenos produtores e os pluriativos, estão desaparecendo, ou seja tornando-se famílias não-agrícola.

As pressões externas sofridas pelas famílias de camponeses assentados nas regiões do arco do desflorestamento, e a impossibilidade obterem renda e sustento aos familiares, colaboram para venda do lote, por um preço bem abaixo do mercado. Geralmente para alguém de fora do assentamento um grande fazendeiro, ou um vizinho mais afortunado que vai aumentando seu patrimônio, o que causa situações bem conflituosas, com os outros moradores que já faziam parte daquele território.

Outro fator bem comum na região amazônica, e que acarreta também inúmeros conflitos, ainda mais violentos, são as obtenções de terras através da grilagem. De acordo com Pasquis (2003), tem sempre um interessado em fortalecer tal situação:

Em prol de grandes interesses privados e utilizando-se de meios ilícitos, autoridades locais e seus “capangas” fazem as grandes regiões amazônicas viver em situação de completa ausência do Estado e de sua função habitual de polícia e justiça, de recebimento de impostos e regularização fundiária (PASQUIS, 2003, p. 88).

Para Oliveira (2007), a luta por terra no Brasil, sempre foi caracterizada por violência, a qual parece não ter fim. Desde o passado com etno/genocídio dos povos indígenas.

Há mais de quinhentos anos vem sendo submetidos a um verdadeiro etno/genocídio histórico. O território capitalista do Brasil tem sido produto da conquista e destruição dos povos indígenas: Como escrevi no livro “ a Geografia das lutas no Campo”, esta luta das nações indígenas e a sociedade capitalista europeia primeiro, e

nacional/internacional hoje, não cessou nunca na história do Brasil. Os povos indígenas, acuados, lutaram fugiram e morreram. Na fuga deixaram uma rota de migração, confronto entre povos e novas adaptações. A Amazônia é seguramente seu último reduto. Mas, a sociedade brasileira capitalista mundializada, insiste na sua capitulação (OLIVIERA, 2007, p.135).

Do passado com o massacre de indígenas até os períodos mais recentes de nossa história, é marcada com sangue no campo, como as mortes de ativistas religiosos e sindicalistas com maior ou menor expressão, podemos citar nomes como Chico Mendes, assassinado em 1988, em Xapuri no Acre, a irmã Dorothy Stang morta em Anapu no Pará, em fevereiro de 2005, e o conservacionista e ambientalista José Claudio Vieira da Silva, o Zé Cláudio, assassinado em maio de 2011, em Ipixuna no Pará.

O que tinham em comum? Combatiam a exploração dos recursos naturais de forma exploratória, a luta pela terra e o local que habitam ou desenvolviam suas atividades: a Amazônia.

Pontuando a história dos conflitos, entre as décadas de 1964 e 1971, os maiores conflitos com morte aconteceram no Nordeste, era uma maneira dos grandes latifundiários dispunham para tentarem manter, ou melhor tentar calar os ideais da luta por terras advindas da Liga Camponesa do Nordeste.

Já na Amazônia os conflitos surgiram a partir de 1972, na Amazônia está concentrado a maior quantidade de mortos em conflitos sociais no campo, os povos que mais sofreram foram os indígenas, os primeiros a sofrerem com este processo.

Em decorrência da luta dos povos indígenas, surgiram outras lutas como a dos escravos com a formação dos quilombos. Com o passar dos anos, hoje a sociedade brasileira passa a reconhecer os direitos dos remanescentes dos quilombos o uso e posse da terra.

Os camponeses posseiros, vem ao longo da história buscando seus direitos e territórios, os quais foram gerados pela expropriação, feita pelos latifúndios especuladores e grileiros. Movimentos históricos como Canudos, Contestado, Araguaia, fazem parte dos sangrentos conflitos do campo brasileiro.

Oliveira (2007), conclui que na Amazônia a luta por terra dos camponeses posseiros, na década de 1970 é fruto de uma política territorial do governo militar, que através dos incentivos fiscais aos empresários com seus projetos agropecuários, e a abertura à colonização na Amazônia, como saída de reforma agrária das antigas regiões ocupadas no Nordeste, Sul e Sudeste, então os empresários latifúndios afim de beneficiar-se com os incentivos

proporcionados pelo governo esbarrava com os indígenas, e com os posseiros em determinadas localidades, o que tornava palco para os conflitos.

Para Gehlen (2004), são frutos de uma política desenvolvimentista da época:

As políticas de tipo desenvolvimentistas predominantes na agropecuária brasileira estimulam a violência, atribuindo-lhe, por vezes, sentido de crueldade para a maioria que pertence às categorias subordinadas, como a agressão exterminadora contra os indígenas, os tratamentos violentos infligidos aos escravos afros e prolongados no destrato aos quilombolas, olvidados legal e socialmente das políticas de inclusão social. Os caboclos e parte do colonato do café (em São Paulo) passam por processo semelhante de exclusão violenta, de expulsões de seus territórios, de recusa da cidadania, semelhante aos sem-terra de hoje (GEHLEN, 2004, p.98).

Então como no passado, ainda hoje os camponeses são expulsos das fronteiras agrícolas, que se expandem, e leva os camponeses a migrarem para outros assentamentos ou periferias das cidades. A diferença talvez seja o modo mais velado e sutil, com ameaças ou crimes de colarinho branco como a grilagem de terra fortalecendo cada vez mais a produção capitalista, a obtenção do lucro a qualquer preço.

Ainda se tratando de complementação de renda no assentamento, uma outra dinâmica que nos chamou a atenção, é a participação dos idosos (Figura 32). Com vigor e a lucidez, tanto na utilização da força de trabalho, quanto na complementação de renda, com aposentadoria e recebimento de pensão. Sachs (2001) afirma que a previdência rural, junto com a reforma agrária e o PRONAF, são poderosos instrumentos para geração de renda no campo.



Figura 32: Idoso chefe de família
Fonte: Santos, (2018).

É notório o quanto essa ajuda dos idosos, através de seus benefícios previdenciários no contexto familiar rural, é muito importante para o sustento das famílias, é uma ocorrência bem comum no meio rural amazonense.

De acordo com Santos (2001), a inclusão dos benefícios previdenciários e de assistência social como fontes de renda, principalmente nos municípios rurais, é indispensável para se manter a dignidade e fortalecer a cidadania de milhares de camponeses e demais pessoas. Pois os recursos da aposentadoria geram uma transferência de renda para o interior do país, servindo como um elemento propulsor do desenvolvimento local.

Segundo o enfoque do desenvolvimento humano, a política social desempenha papel chave, e no caso específico o sistema previdenciário rural teve desempenho eficaz no Brasil pelo fato de que: a) avançou significativamente no âmbito do seguro social aos vários grupos de campesinatos do meio rural brasileiro; b) melhorou de maneira expressivamente duas décadas o nível e a distribuição de renda familiar rural e promoveu a redução da pobreza; c) porque pelos efeitos específicos e não planejados houve melhorias produtivas na agricultura familiar, induzidos pela política social (GRISA E SCHNEIDER, 2015, p.437).

Ao perguntarmos sobre os Programas Assistências que o Governo Federal oferece, entre eles o Bolsa Família. Verificou-se ainda que 35% dos entrevistados são aposentados,

15% recebem o Bolsa Família, 2% recebem auxílio doença, 6% recebem pensão alimentícia, enquanto que 42% não recebem nenhum tipo de benefício do Governo Federal.

Ao discutirmos sobre o desenvolvimento, é necessário trazer à tona, questões como democracia, justiça social e sustentabilidade todos estes itens atrelados a crescimento econômico e distribuição de riqueza. Estas discussões cada vez mais têm trazido esclarecimentos que o desenvolvimento e o crescimento não são semelhantes, ou melhor não expressam que um leve ao outro de forma inevitável. Mas felizmente, já existe um consenso que um grupo ou uma comunidade, não pode ser conceituada como desenvolvida, se existe um alto grau de desigualdade social entre os pares, com obstáculos que impedem um bem-estar.

Então como pode ser concebido este processo de desenvolvimento? Sendo que não existe um modelo único de desenvolvimento para todos os grupos nos mais diferentes contextos. Logo faz-se necessário uma visão ampliada de desenvolvimento (GRISA E SCHNEIDER, 2015). O que já fora ressaltado por Amartya Sen, após a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o crescimento é multidimensional, a renda não pode ser o único fator a ser considerado como qualidade de vida, mas deve ser um meio de realização de desejos, não uma padronização, pois o impacto que a renda traz a cada pessoa é variável.

Neste sentido, as políticas públicas de combate à pobreza, fazem toda diferença e uma nova roupagem em termos de desenvolvimento, pois servem para atenuar situações de emergências em um período curto de tempo e ainda proporcionar seu combate a longo prazo, pois diminuem as desigualdades sociais. Assim o Programa Bolsa Família (PBF), que oferece uma transferência de renda condicionada a frequência escolar, e a assistência médica das crianças e mães participantes do programa. Para Grisa e Schneider (2015), citando Kerstenetzky (2009), uma das alternativas dos países em desenvolvimento, é conciliar a redução da pobreza e desigualdades sociais, implementando políticas sociais. Como o Bolsa Família no Brasil, demonstra que é possível, no entanto faz-se necessário ajustes constante e fiscalizações, não apenas na promoção da educação infantil, entre outros.

Ao fazermos uma análise do PBF no campo, onde os serviços básicos por si só apresentam dificuldades para população carente obtê-los, principalmente na região amazônica, pelas suas condições climáticas e geográficas. É fundamental entender o usufruto do PBF em relação com as demais políticas públicas, pode ser em acrescidas, visando fortalecimento e o desenvolvimento rural.

Tomamos como destaque o Programa Bolsa Família, pois nos últimos dez anos foi considerado um dos principais elementos criados no Brasil, com vistas a diminuição da pobreza também no campo.

Em suma o Programa Bolsa Família tem como alvo a redução imediata da pobreza, como também sua suplantação a médio e longo prazo, diante do surgimento de possibilidade de inserção socioeconômica das famílias beneficiadas.

Para o andamento do PBF faz-se necessário ocorrer três situações, são elas transferências de renda, compromissos assumidos pelos beneficiários, daí dizer política condicionada, e os programas integrantes, os quais compreendem atividades diversas como, qualificação, trabalho, microcrédito, qualidade de vida, cultura, emissão de documentos, entre outros (GRISA E SCHNEIDER, 2015).

Ao consideramos o campesinato, o qual concentra grande parte de pobreza do país, o Bolsa Família é contemplado a partir das vantagens alimentares e nutricionais alcançados, ou mesmo em relação ao trabalho, aconteceram mudanças sociais na renda familiar, e a redução da entrada de mulheres casadas, e as mães no mercado de trabalho.

É notório que para uma grande parcela da sociedade brasileira, ainda tem resistência contra o programa, advindo de uma crença neoliberal, onde cada um é responsável por sua condição econômica. Diferente desse pensamento Grisa e Schneider (2015), citando Rego e Pinzani, onde os mesmos se dispusera a ouvir os beneficiários do Programa Bolsa Família, e advogam em favor do fortalecimento e ampliação desta política, a qual favorecerá ainda mais a cidadania das populações mais carentes usuárias do Bolsa Família.

Rego e Pinzani (2014) apontam que doações em dinheiro tem sido preteridas à outras formas de auxílio, principalmente pela crença neoliberal de que cada um é responsável pela sua própria condição econômica, crença que favorece o preconceito contra os pobres e programas que visam amenizar essa situação como o PBF. Segundo os autores, decorre daí a necessidade de se ouvir os pobres e de formar os diversos segmentos sociais para uma atitude de respeito e não humilhação frente aos beneficiários de políticas sociais, que frequentemente internalizam a visão de que são preguiçosos ou incapazes de administrar o dinheiro, por exemplo (GRISA E SCHNEIDER, 2015, p. 455).

Para o meio rural carente amazônico, onde os serviços básicos de saúde, educação, e a própria emissão de documentos, fatores que ajudam a fortalecer a cidadania, são sempre bem-vindos. Talvez no meio urbano estes serviços essenciais por acontecerem comumente, não se tem a noção ou, a mensuração do que é um auxílio como o Bolsa Família, como ele pode trazer resquícios de cidadania quebrando o ciclo da pobreza, como também amenizar a

própria fome, não apenas nos assentamentos amazônicos, mas também para os demais moradores da floresta amazônica conforme a sazonalidade apresentada.

Ao implantar assentamentos rurais o Governo Federal, oferece aos camponeses assentados no decorrer das etapas de instalação, créditos rurais os quais tem como objetivo a instalação e o desenvolvimento das atividades produtivas que serão desenvolvidas no lote. O crédito instalação é o primeiro componente do financiamento oferecido e garantido pelo INCRA para as famílias.

Atualmente os parâmetros definidos para o uso destes recursos estão designados através do Decreto 9.424/2018, este decreto ainda indica as modalidades que serão ofertadas, como também seus critérios que devem ser cumpridos para usufruírem dos valores disponibilizados.

Para os camponeses assentados terem acesso a essas linhas de créditos, devem cumprir os seguintes requisitos:

São requisitos comuns para acesso a todas as modalidades a atualização dos dados das famílias beneficiárias junto ao INCRA, a inscrição no Cadastro Único para programas sociais (CadÚnico) e a assinatura, com a autarquia do Contrato de Concessão do Uso (CCU) – instrumento que transfere o imóvel rural ao assentado em caráter provisório -, o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), no caso de assentamentos ambientalmente diferenciados ou, ainda, um documento equivalente, no caso de áreas reconhecidas pela autarquia (INCRA, 2019).

As modalidades de créditos (Figura, 33) oferecidas conforme o Decreto 9.424/2018 são:

MODALIDADES	CARACTERISTICAS
Apoio inicial	para apoiar a instalação no assentamento e a aquisição de itens de primeira necessidade, de bens duráveis de uso doméstico e equipamentos produtivos. Valor de até R\$ 5,2 mil (cinco mil e duzentos reais) por família assentada;
Fomento	para implantar projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote. Valor de até R\$ 5 mil (cinco mil reais), em operação única, por família assentada;
Semiárido	para atender a necessidade de segurança hídrica nos assentamentos localizados nas áreas circunscritas ao Semiárido, reconhecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), se destinando a apoiar soluções de captação, armazenamento e distribuição de água para consumo humano, animal e produtivo, no valor de até R\$ 5 mil (cinco mil reais) por família assentada;
Florestal	para viabilizar a implantação e a manutenção sustentável de sistemas agroflorestais ou o manejo florestal de lotes e de área de reserva legal com vegetação nativa igual ou superior ao estabelecido pela legislação ambiental, nos assentamentos criados ou reconhecidos pelo Incra. Valor de até R\$ 6,4 mil (seis mil e quatrocentos reais) por família assentada;
Recuperação ambiental	para viabilizar a implementação e a manutenção sustentável de sistemas florestais ou agroflorestais ou o manejo florestal de lotes, de área de reserva legal e área de preservação permanente, degradados até 25 de maio de 2012, referentes a assentamentos criados ou reconhecidos pelo Incra. Valor de até R\$ 6,4 mil (seis mil e quatrocentos reais) por família assentada;
Cacau	para viabilizar a implantação e a recuperação de cultivos de cacau, em sistema agroflorestal, no valor de até R\$ 6 mil (seis mil reais), permitida a renovação em até três operações, por família assentada;
Habitacional	para viabilizar a construção de habitação rural nos assentamentos criados ou reconhecidos pelo Incra. Valor de até R\$ 34 mil (trinta e quatro mil reais), por família assentada;
Reforma habitacional	para viabilizar a aquisição de materiais de construção a serem utilizados na reforma e na ampliação de habitações rurais em assentamentos criados ou reconhecidos pelo Incra. Valor de até R\$ 17 mil (dezessete mil reais) por família assentada.

Figura 33: Modalidade de Crédito para assentados

Fonte: INCRA, (2019).

Tratando-se da disponibilização de crédito rural para os assentados, no início e nas etapas de instalação dos assentamentos criado no Brasil. Os camponeses assentados

relataram-nos que apesar dos vinte e cinco anos que iniciou PA São Francisco, apenas 3% receberam o crédito fomento, nenhum beneficiário recebeu o crédito alimentação, 7% receberam o crédito habitação, 5% receberam o crédito PRONAF – A.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), é um programa do Governo Federal, que reconhece e legitima os agricultores familiares como uma nova classe social. Para Schneider et al 2004:

Dentre os acontecimentos mais marcantes que ocorreram na esfera das políticas públicas para o meio rural brasileiro, no período recente, pode-se destacar a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O surgimento deste programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado, em relação a especificidade de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, ou agricultores de subsistência (SCHNEIDER et al, 2004, p. 21).

No Brasil as políticas públicas destinadas a atenderem os camponeses que viviam da agricultura familiar, até o início da década de 1990 eram inexistentes. Com a chegada de Itamar Franco ao governo, e as pressões que os movimentos sindicais rurais exerciam, os quais estavam ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), inserir siglas principalmente os estados do Sudeste, passaram a direcionar suas reivindicações que estavam sendo diretamente afetados com a criação do Mercosul.

Estas reivindicações dos agricultores familiares, surtiram efeito em 1994, quando presidente Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção (PROVAP), que basicamente funcionava com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). Então o PROVAP, daria início dois anos mais tarde, a primeira e mais significativa política pública designada aos camponeses.

Conforme Schneider et al (2004), apesar dos resultados insignificantes quanto aos recursos investidos, o PROVAP teve sua significância por ter sido um elo de ligação, em direção a uma política pública personalizada por categorias de produtores rurais, até então os “mini-produtores” que assim eram chamados na época pelo Manual de Crédito Rural do Ministério da Agricultura, tinham que concorrer os recursos destinados a agricultura, com os grandes produtores já estabelecidos, que eram os principais tomadores de créditos da agricultura na época.

De maneira sucinta Gehlen (2008), faz uma leitura dos valores éticos dos grupos de agricultores em questão:

Não havendo igualdade de chances nas oportunidades que se oferecem, verifica-se que as políticas públicas convencionais (tipo crédito agrícola, por exemplo, ou estímulo à formação de cooperativas) não superam a discriminação e a desigualdade entre uns e outros, como caboclos, indígenas, negros dos quilombos, por exemplo. Estes são portadores de racionalidades centradas em outros valores éticos sobre a reprodução socioeconômica e as relações sociais e com o meio natural. Nos exemplos citados, priorizam-se os valores de convívio e de sustentabilidade em detrimento aos de competitividade (GEHLEN, 2008).

No governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995, o PROVAP passou a ter uma nova roupagem, tanto em termos de elaboração, quanto em termos de cobertura territorial. Com todas essas reformulações, originou-se o PRONAF, em 1996, o qual fora institucionalizado, através do Decreto Presidencial Nº 1946, de vinte e oito de julho de mil novecentos e noventa e seis. A partir do ano de criação, o programa tem se fortalecido, como a principal política pública Federal, com vistas a apoiar os verdadeiros camponeses.

Ressalta-se que em 1996, os serviços prestados pelo PRONAF, eram apenas relativos ao crédito de custeio, a ampliação das ações que atualmente contemplamos nas áreas de investimentos, infraestrutura, serviços municipais, qualificações e pesquisa, só aconteceram a partir de 1997, quando o PRONAF, fortaleceu-se e passou a abranger todo país. Diante disso Schneider (2004) destaca os objetivos e as características operacionais do PRONAF:

Segundo o manual operacional do PRONAF, o programa visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar, contribuir para geração de renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Quatro objetivos específicos complementam os propósitos do programa: a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; b) viabilizar a infraestrutura necessária a melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos (SCHNEIDER et al, 2004, p.23).

Como foi observado, a adesão ao PRONAF por parte dos camponeses do PA São Francisco, é muito baixa. Muitos desconhecem os benefícios que o programa pode proporcionar quando bem aplicados os recursos recebidos. De acordo com a fala de alguns deles, a falta de uma assessoria dos órgãos responsáveis para fazer tais orientações, quanto as modalidades de créditos e em qual perfil se encaixam, como também esbarram na burocracia quanto a documentação necessária, já que os assentados desconhecem os meios de procura por tais linhas de crédito, logo dificulta e trava o desenvolvimento deles e do próprio local.

Quanto ao recebimento de crédito junto ao Banco da Amazônia, nenhum beneficiário recebeu. E 85% dos camponeses assentado entrevistados nunca obtiveram nenhuma espécie rural por parte do Governo Federal.

Ressaltaram ainda a necessidade de se fazer uma correção no solo com a adição de calcário, e uma visita técnica especializada, pelo menos trimestral, e aragem dos terrenos através da disponibilidade de maquinários por parte das instituições governamentais, ou associação própria fazendo o revezamento por lotes.

Sendo assim, também considerando o suporte técnico especializada frente a órgãos como o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas – IDAM e o INCRA, esbarramos na burocracia administrativa, a falta de pessoal e logística, pois até mesmo faltam veículos que possam adentrar as vicinais, bastantes comprometidas principalmente no período chuvoso, que geralmente acontece de novembro a março.

Por conseguinte, a presença de técnicos no assentamento fica comprometida, logo não dependem apenas deles, mas de toda uma estrutura logística para tal suporte à agricultura familiar tão desejada e outras assessorias, orientações especializadas e parcerias com outros órgãos. Então perdem os camponeses que poderiam aumentarem suas rendas, a própria população que fica sem produtos de boa qualidade com preços mais acessíveis, e o técnico em desenvolvimento, que fica mal visto frente aos camponeses.

Os programas governamentais para o incentivo a agricultura familiar, são de baixa adesão por parte dos camponeses, apenas um morador informou-nos que participou do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural o PNDTR.

O relato mais frequente por parte dos entrevistados, é que sempre faltam documentos, nem todos os lotes são titulados e o deslocar-se à Humaitá, cidade amazonense mais próxima, que conta com SR 15 do INCRA, requer tempo e dinheiro, e como não se tem a certeza de irão conseguir, alguns preferem não arriscar em gastar com deslocamento e hospedagem, haja vista a morosidade e a burocracia para se obter um documento, pois até para emissão do documento de identidade no município, quando tem o formulário disponível, leva em média de três a quatro meses para recebe-lo.

Silva (2012), destaca a importância da titulação dos lotes, como também uma ressalva: os responsáveis pelos lotes que possuem título acessam financiamentos rurais com maior facilidade, e em contrapartida possuem maiores oportunidades de investimentos em atividades voltadas para agricultura no campo. Porém, esses mesmos proprietários podem utilizar esses créditos para investirem em áreas de pastagens, causando novas derrubadas em áreas de

florestas (Figura, 34) ou até mesmo comprando propriedade de outros proprietários sem o documento de posse.

3.1.7 Desmatamento no PA São Francisco

Ao perguntarmos sobre o Plano de Manejo Florestal na propriedade, alguns responderam que já ouviram falar, mas que nunca utilizaram. O país conta com o Plano de Recuperação de Áreas Devastadas, o PRAD, foi instituído pelo artigo 225, da Constituição Federal através do Decreto-Lei Nº 97.632/1989. Trata-se de um projeto técnico, com fins de planejamento, execução e avaliação. Anteriormente o PRAD, era destinado a ser aplicado nas áreas de mineração, a partir da década de 1990, contemplou outras áreas degradadas, como uma imposição legislativa, firmados por empresas e Ministério Público através de Relatórios de Impactos Ambiental e em Termo de Ajuste de Conduta.

Já mais recente, foi adotada a Instrução normativa nº 4, de 13 de abril de 2011, a qual determina que o PRAD deve trazer informações, diagnósticos, levantamentos e estudos que consintam uma avaliação da degradação ou alteração e a resultante medidas a serem usadas.

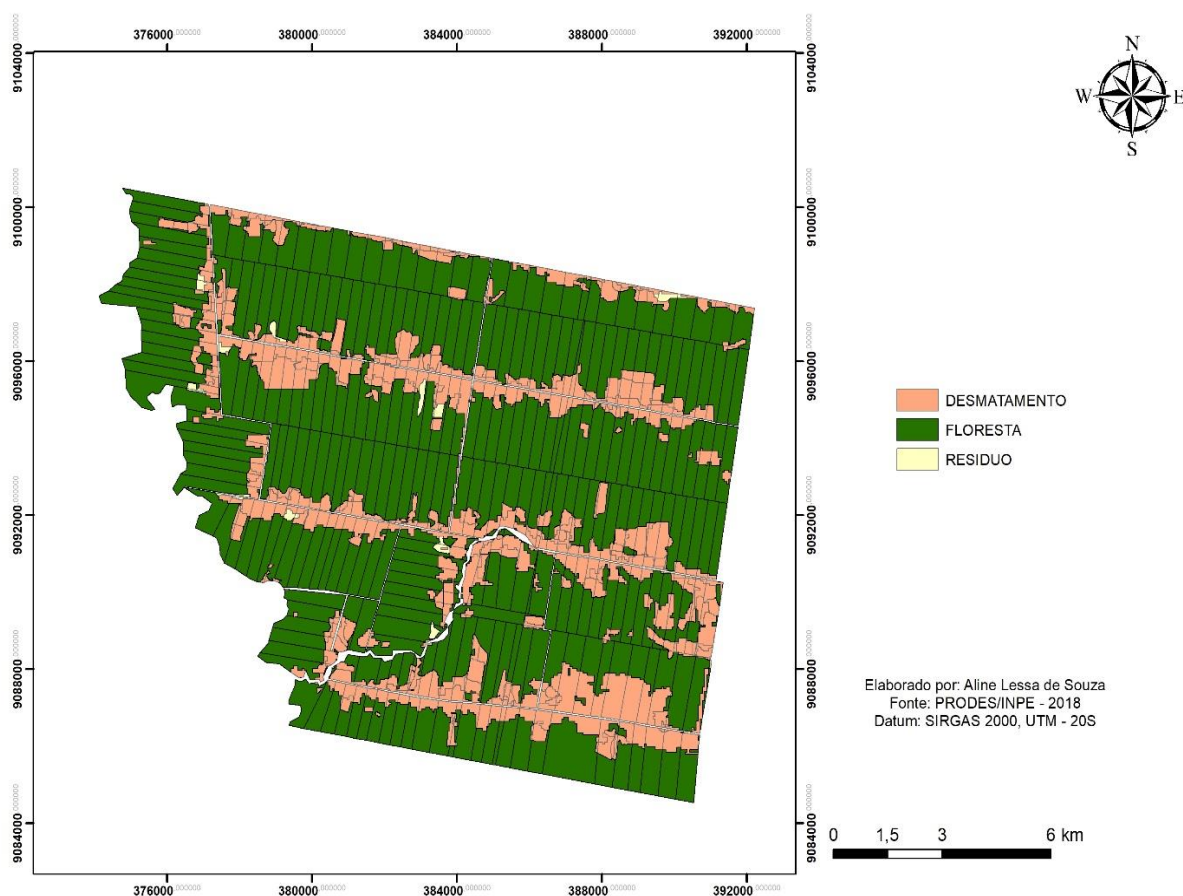


Figura 34: Desmatamento no Assentamento
Fonte: SOUZA, (2018).

Convém lembrar que, o desmatamento na Amazônia Legal, não acontece de forma homogênea nos assentamentos rurais, pois o índice de desmatamento é considerado baixo, de acordo com os assentamentos já instalados. Em um levantamento apresentado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM, 58 assentamentos, ou seja, corresponde a 2,6 % dos 2.271, são os responsáveis por 50% dos desmatamentos realizados (ALENCAR, et al, 2016 p.59).

Em se tratando de superintendências regionais do INCRA, desmatamento não acontece em todas, são números variados, pois a modalidade de assentamentos criados, contribuem para tal efeito (Figura, 35). Os estados que mais desmatam são:

Estado	Taxa de desmatamento em 2017 (km ²)	Taxa de desmatamento em 2018* (km ²)	Varição na taxa De desmatamento Entre 2017 e 2018(%)	Contribuição na Taxa de desmatamento em 2018 (%)
Acre	257	470	82,9	5,9
Amazonas	1.001	1.045	4,4	13,2
Amapá	24	**	-	-
Maranhão	265	281	6,0	3,6
Mato Grosso	1.561	1.749	12,0	22,1
Pará	2.433	2.840	16,7	35,9
Rondônia	1.243	1.314	5,7	16,7
Roraima	132	176	33,3	2,3
Tocantins	31	25	-19,4	0,3
Total	6.947	7.900	13,7	100

Figura 35: Taxa de desmatamento por estado na Amazônia Legal
Fonte: Ministério do Meio Ambiente, (2018).

Ressalta-se que no passado, uma das condições para a obtenção da titulação da propriedade rural, era fazer benfeitorias, ou seja, devia-se desmatar para utilizar as áreas para a agricultura, ou a pecuária.

Atualmente com o Código Florestal Brasileiro, Lei Nº 12.727 vigente desde 2012 (*referenciar*), a qual estabelece normas sobre a proteção da vegetação:

Art. 1º-A. Esta Lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos.

4 Considerações finais

Ao término desta pesquisa, possibilitou-nos a composição algumas considerações advindas dos aspectos sociais e econômicos, acerca do desenvolvimento do PA São Francisco, ao longo dos seus vinte e cinco anos de existência.

As questões de cunho socioeconômico e a relação homem-natureza, que engloba políticas públicas e dentre elas a reforma agrária, que para alguns teóricos e líderes de movimentos sociais, ainda não ocorreu nos moldes que determina por exemplo o Estatuto da Terra, o qual fala sobre uma distribuição igualitária e o cumprimento da função social da terra.

O PA São Francisco sofre pressões com a expansão da fronteira agropecuária crescente, chegando com força ao Amazonas, mais especificamente ao sul do estado, dentro do arco do desflorestamento, tido como fronteira agrícola, pois o PA São Francisco está inserido no seu contexto geográfico. Como resultado desta expansão agrícola, mais uma vez os camponeses amazônidas passarão por dificuldades ao tentarem sobreviver e sustentarem suas famílias de um modo digno, pois como ocorreu no passado com a colonização da Amazônia.

Onde no intuito de fazer a reforma agrária e manter a soberania nacional, governos militares e os pós redemocratização recorreram à região amazônica, tida como espaço vazio e despovoada sem importunar a elite latifundiária centro sul do país.

Instalou-se os assentamentos rurais na Amazônia, sem haver a discussão com as populações tradicionais que já habitavam na região e com os expropriados de suas regiões como sudeste, sul, nordeste que ainda viriam colonizar a região. O Estado com a finalidade de fixar o homem na terra, no intuito de evitar o êxodo rural, alocou camponeses em uma região inóspita como a Amazônia.

Os camponeses expropriados de seus lugares, chegaram na Floresta Amazônica com promessas de uso e posse da terra, educação para os filhos, escoamento de produção, geração de renda e qualidade de vida, um novo eldorado. Não foi e não é realidade dos assentados do PA São Francisco, como os demais assentamentos do Amazonas, e provavelmente dos demais espalhados no território brasileiro. Constatou-se que no assentamento rural, a infraestrutura básica não acontece, são insuficientes para manter uma família com dignidade sua permanência no campo.

Quanto a geração de renda, com insuficiência de infraestrutura para criação expansão de produção agrícola, alguns criam novas alternativas de produção de renda para manter-se no

assentamento e suprirem suas necessidades, sendo que o que produzem em sua agricultura familiar, esbarra na falta de escoamento da produção, pois com um período chuvoso rigoroso que a região apresenta, fica inviável o deslocamento com o excedente da produção.

Essa procura por melhores condições para seu sustento e de sua família, geralmente causam o abandono dos lotes, muitas vezes temporariamente seria a translocalidade, pois passam a semana trabalhando ou indo em busca de tratamento de saúde e quando voltam ainda esbarram no problema de terem tido seus lotes invadidos. Então resta como alternativa o inchaço das periferias das cidades próximas aos assentamentos, causando um novo problema social.

Diante do que fora abordado na pesquisa, as políticas públicas básicas de infraestrutura, educação, acesso à saúde, falta de energia, programas que atendam e fortaleçam a agricultura familiar em consonância com a sustentabilidade integração home-natureza não ocorrem.

O desenvolvimento rural, não é o desenvolvimento agropecuário, nem a especulação da terra pelos latifúndios. O desenvolvimento é considerar como a população local está, a interação com ambiente, a sustentabilidade como opção de conservação e desenvolvimento de sua qualidade de vida.

Entendemos que existem ótimas legislações e instituições que visam o desenvolvimento do homem e o meio natural no qual ele está inserido. Diante da Amazônia Brasileira, são necessárias algumas adaptações e fiscalizações quanto a singularidade que a floresta, os recursos oferecidos por ela, como também as necessidades dos camponeses amazônicos.

O ouvir e discutir com os movimentos sociais oriundos da própria comunidade, gerará demandas coletivas, não apenas políticas de governo impostas de cima para baixo, mas poderão ser criadas políticas de Estado, dando voz e meios a quem realmente atua no campo buscando o seu sustento econômico, social, ambiental e cultural o que pode também ser conhecido como sustentabilidade.

5. REFERÊNCIAS

ALENCAR, Ane et al. **Desmatamento na Amazônia: indo além da " emergência crônica"**. Belém Pará: Ipam, 2004.

BATISTA, Djalma. O Complexo da Amazônia: Análise do processo de desenvolvimento. 2.ed. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos avançados**, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

BECKER, Bertha K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias estratégicas**, v. 6, n. 12, p. 135-159, 2010.

BENATTI, José Heder (Coord.). **A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea**: análise para a elaboração de novos modelos jurídicos. Manaus: Edições IBAMA/ProVárzea, 2005.

BOGDAN, Robert. BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telomo Morinhi Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. O livro branco da grilagem da terra. Brasília, DF: INCRA, 1999.

CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica C. Sobre educação do campo. **São Paulo**, 2008.

CARDOSO, Bárbara Françoise; DE OLIVEIRA, Thiago José Arruda; DA ROCHA SILVA, Mônica Aparecida. Eletrificação Rural e Desenvolvimento Regional: uma Análise do Programa Luz para Todos. **Desenvolvimento em Questão**, v. 11, n. 22, p. 117-138, 2013.

DE ALBUQUERQUE DAVID, Maria Beatriz. Contribuição ao Desenvolvimento Econômico Sustentável e ao Ordenamento Territorial-Região da Calha do Purus. **Revista de Direito da Cidade**, v. 4, n. 2, p. 65-84, 2012.

DE SOUZA MARTINS, José. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível. **Tempo social**, v. 11, n. 2, p. 97-128, 1999.

DO NASCIMENTO, Ísis Ribeiro et al. Um olhar para a água de abastecimento humano em assentamentos no Sul do Amazonas. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3, 2016.

ESTERCI, Neide; SCHWEICKARDT, Kátia Helena Serafina Cruz. Territórios amazônicos de reforma agrária e de conservação da natureza. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 5, n. 1, p. 59-77, 2010.

FERREIRA, G. H. C (Org.). **Geografia Agrária no Brasil: Disputas, conflitos e alternativas territoriais**. Jundiaí. Paco Editorial: 2016.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** Artigo apresentado no Lincoln Institute of Land Policy e na Harvard University em abril de 2004.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do Oprimido.** 11 ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1982.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *In: Planejamento e políticas públicas*, n. 21, p. 211-260, Jun. 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, n. 1, p. 45-60, 2003.

GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 95-103, 2004.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Atlas da questão agrária brasileira. **Presidente Prudente**, 2008.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2001.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2015.

INCRA. Projetos de Assentamento Agroextrativistas PAE's (cartilha). Brasília: INCRA, 1996.

INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária. - **Assentamentos.** Disponível em: <www.incra.gov.br> Acesso em: 17 jun. 2019.

LARANJEIRA, R. Colonização e reforma agrária no Brasil, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1983.

LEITE, S. P.; AVILA, R. V. de. Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 45, n. 3, p. 523-551, set. 2004.

LE TOURNEAU, François-Michel; BURSZTYN, Marcel. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. **Ambiente & Sociedade**, v. 13, n. 1, 2010.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli EDA. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** 1986.

MACEDO, Mariza Alves; TEIXEIRA, Wenceslau; OCIDENTAL, Embrapa Amazônia. Sul do Amazonas, nova fronteira agropecuária? O caso do município de Humaitá. 2009.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária o impossível diálogo sobre a História possível**, 1999.

MARX, Karl. **O Capital.** Nova York: Internacional Publishers, 1967.

MELLO, Paulo Freire. Evasão e rotatividade em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

MST. Secretaria Nacional do **MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Os Assentamentos**. Disponível em:<<http://www.mst.org.br/node/8606>> Acesso em 29/01/2015.

MUCHAGATA, M. G. **O papel das organizações de agricultores nas transformações recentes do uso do espaço em região de fronteira amazônica: o caso da região de Marabá**. In: SAYAGO, D.; TOURRAND, J. F.; BURSZTYN, M. Amazônia: cenas e cenários. Brasília: Ed. UnB, 2004.

NASCIMENTO, Carlos Alves do et al. Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas. 2005.

NETO, Antônio de Oliveira Costa. **Políticas Públicas nos assentamentos do município de Esplanada-BA: uma avaliação preliminar**. In: Anais XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Minas Gerais. p.1-10, 2012.

ORTEGA, Antônio Cesar (Org.). **Território, políticas públicas e estratégias de desenvolvimento**. 2ª ed. Campinas, São Paulo: Alínea 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Estudos avançados, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2007.

PAZZINI, Luiz Henrique Alves et al. **Luz para todos no campo: a universalização do atendimento de energia elétrica na zona rural brasileira**. Proceedings of the 4th Encontro de Energia no Meio Rural, 2002.

PEREIRA, João Márcio Mendes. State and market in Brazilian agrarian reform (1988-2002). **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 28, n. 56, p. 385-404, 2015.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a educação. **Interface-comunicação, saúde, educação**, p. 83-94, 1997.

RÊGO, José Fernandes do. **Estado e Políticas Públicas: A reocupação econômica da Amazônia durante o regime militar**. São Luís: EDUFMA, Rio Branco: UFAC, 2002.

RIBEIRO, Michelli Cabral et al. ANÁLISE DAS CAUSAS DA EVASÃO EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO TOCANTINS- ANALYSIS OF THE CAUSES OF EVASION IN AGRARIAN REFORM SETTLEMENTS IN TOCANTINS STATE. **Extensão Rural**, n. 22, p. 103-132, 2011.

RODRIGUES, José Cunegundes Weckner et al. **Implantação da fossa séptica Biodigestora no Projeto de Assentamento São Francisco, Canutama/AM**. Cadernos de Agroecologia, v. 13, n. 1, 2018.

ROSSI, Rafael; GIORGI, Cristiano Amaral Garboggini Di. **Paulo freire e educação do campo: da invasão à ocupação cultural para a liberdade**. São Paulo: 2014.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

SACHS, Ignacy. **Brasil rural: da redescoberta à invenção**. *Estudos avançados*, v. 15, n. 43, p. 75-82, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza, (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Manoel José dos. **Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável**. *Estudos avançados*, v. 15, n. 43, p. 225-238, 2001.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista brasileira de ciências sociais*. São Paulo. Vol. 18, n. 51 (fev. 2003), p. 99-122, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir. **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SILVA, Viviane Vidal da. Impacto das atividades produtivas na dinâmica da paisagem do assentamento Matupí, estado do Amazonas. Piracicaba, 2012. Tese (doutorado em Ecologia Aplicada). USP.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. 2006.

STÉDILE, J. P. **Cadê a reforma agrária**. MST. org. br. São Paulo, v. 24, 2012.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR, v. 200, 2002.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo**. *Cad. Cedes, Campinas*, v. 27, n. 72, p. 121-135, 2007.

WWF Brasil. Disponível em <http://www.wwf.org.br> (Acesso em 10/06/2019).

Anexos

Universidade Federal do Amazonas

Campus Vale do Rio Madeira – IEAA

Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais

Projeto de Pesquisa: Políticas Públicas no Campo e Desenvolvimento do Assentamento São Francisco no Sul do Amazonas.

BLOCO 1: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Data _____ / _____ / _____ N° _____

Vicinal: _____

Entrevistador(a): _____

Coordenadas geográficas: UTM _____

BLOCO 2: DADOS PESSOAIS

1. Entrevistado: _____ 2. Idade: _____

3. Sexo: () M () F

4. Estado Civil: () solteiro () casado () união consensual () viúvo () separado

5. Profissão/ocupação: _____

6. Escolaridade:

- () Sem estudos
- () Alfabetização de adultos
- () Ensino fundamental Completo
- () Ensino médio completo
- () Ensino superior completo

7. De quantas pessoas é composta a família do entrevistado: () 1 pessoa () 2 a 5 pessoas () 6 a 9 pessoas () 10 ou mais pessoas

BLOCO 3: INFORMAÇÕES DE MORADIA

8. Local da residência: () No Assentamento () Na BR () Na cidade.
Qual:_____ () Em outro imóvel rural. Qual:_____
9. Característica da Residência: () Tijolo () Madeira () Outro. Qual:_____
10. Possui Infraestrutura no assentamento?
() Luz Elétrica
() Esgoto
() Água
() Outros
11. Forma de Suprimento da energia: () Termelétrica () Gerador a diesel ou gasolina na própria residência
12. Você é o primeiro ocupante do lote? () Sim () Não
13. O Senhor (a) possui a Titulação do lote? () Sim () Não
14. Seu lote foi? () Arrendado () Titulado () Doado pelo INCRA ()
Outros_____

BLOCO 04: QUESTÕES SOCIAIS

15. Origem (município/Estado):_____
16. Qual foi o último local que você morou antes de vir para o assentamento (localidade, bairro, município, estado, etc.)?_____
17. Tempo no assentamento: () Recém-chegado () Até 5 anos () Até 10 anos () Mais de 10 anos
18. O INCRA dá assistência no Assentamento? () Sim () Não
19. Tem procurado o INCRA nos últimos anos? () Sim () Não
20. O que precisa no assentamento para um melhor desenvolvimento?

21. Forma de organização: () Organização de Mulheres () Organização de Jovens () Não Associado () Outros
22. O acesso a educação é:
() no assentamento
() Em Assuanópolis
() Outro. _____
23. Sua avaliação quanto o acesso à educação no assentamento é:
() Bom
() Razoável
() Precário
24. Qual tipo de Local existente para atendimento á problemas de saúde:
() No assentamento
() No cidade de Humaitá
() Outros. _____

BLOCO 5: QUESTÕES AMBIENTAIS

25. Qual a origem da água utilizada na sua casa?
() poço artesiano
() rio ou igarapé
() cacimba
() poço raso
() Outros _____
26. Você faz algum tratamento na água antes de consumi-la? () Sim () Não
27. Qual tipo de tratamento?
() Água Sanitária
() Tratamento com cloro ou hipoclorito
() Fervura
() Outros _____
28. Qual a estrutura física do sanitário ou banheiro (ir verificar com a permissão do morador)
() Fossa negra
() Direto no rio ou lago
() Vala a céu aberto
() Fossa seca
() Outra forma _____

29. Qual o destino do lixo na sua casa?
- Coletado
 - Jogado em terreno baldio
 - Queimado ou Enterrado na propriedade
 - Outro destino_____

BLOCO 6: QUESTÃO ECONÔMICA

30. Qual o tipo de Atividade econômica no lote: **(Se mais uma atividade numerar por ordem de importância).**

- agricultura de subsistência
- pecuária
- Atividade rural comercial
- Outros. Qual?_____

31. Como é feita a comercialização de seus produtos?

- Diretamente na feira
- Atravessador
- Agroindústria
- Cooperativa/Associação dos assentados
- Cooperativa/Associação Externa
- Para outro assentado
- Para açougue/abatedouros
- No Laticínio
- Outros_____
- Sem informação.

32. Qual a principal via de acesso para o senhor (a) vender sua produção

- Rio
- Estrada
- Outros

33. Existe alguma assistência técnica para a atividade desenvolvida? () Sim () Não

34. Qual órgão presta esse apoio técnico?

- IDAM
- INCRA
- Outros. Qual?_____

35. Qual a frequência da assistência técnica recebida?

- Frequente
- Irregular

- Ausente
- Sem informação

36. Recebeu ou recebe algum crédito rural para iniciar as atividades no assentamento:

- Crédito Fomento
- Crédito alimentação
- Crédito habitação
- PRONAF – A
- Crédito Banco da Amazônia
- Outros _____

37. Participa ou participou de algum programa do governo para agricultura familiar

- PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
- PAC2 Programa de Aceleração de Crescimento
- ATES
- PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PRONERA
- PNDRT Programa Nacional de Documentação do Trabalhador Rural
- Organização Produtiva dos Trabalhadores Rurais
- PROINF Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais

38. Quantas pessoas, da sua família, contribuem com o trabalho na Propriedade:

- 1 pessoa
- 2 a 3 pessoas
- 4 a 5 pessoas
- 6 a 9 pessoas
- 10 pessoas ou mais

39. Existem empregados assalariados na propriedade: Não Sim. Quantos? _____

40. Alguém da família recebe algum tipo de benefício do Governo? Sim Não
Quém? _____

Qual? _____

41. Qual a renda da sua família?

- Menos de 1 salário
- de 1 e meio a 4 salários mínimos
- Acima de 5 salários mínimos.

BLOCO 7: DADOS DA PROPRIEDADE

42. Possui algum curso d'água no lote? Sim Não

Qual: Rio Córrego Nascente Açude Mina

43. Possui área de Plano Manejo florestal na propriedade: () Sim () Não
Se sim, Qual? () Manejo Florestal Sustentável () Manejo Florestal Comunitário
() Manejo Florestal Individual
44. O senhor (a) já teve averbada a sua reserva legal? () Sim () Não
45. O PA São Francisco possui Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA? ()
Não conheço () Nunca ouvi falar () Não (*ir para questão 12*) () Sim.
46. Se sim, participou da realização do PDA? () Sim () Não. () Não conhece
47. O PA São Francisco possui Plano de Recuperação do Assentamento – PRA? () Não
conheço () Nunca ouvi falar () Não Possui () Sim
48. A propriedade possui Cadastro Ambiental Rural: () Sim () Não
49. Conhece a importância da realização CAR em sua propriedade?
- () Legaliza áreas de uso
 - () Bom para o meio ambiente
 - () Conserva áreas de risco
 - () Dá acesso a políticas públicas
 - () Não sabe a importância
 - () Outros. _____